



Os impactos da pandemia na economia alagoana

Notas sobre a conjuntura econômica – janeiro a maio de 2021

Prof. Dr. Cícero Pércles de Carvalho
cicerocarvalho@uol.com.br



FEAC
FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

NOTAS SOBRE A CONJUNTURA ECONÔMICA DE ALAGOAS (JAN-MAIO/2021)

INTRODUÇÃO. Nos primeiros meses deste ano (janeiro/maio), a “segunda onda” da Covid-19 exigiu novas medidas de restrição, afetando o desempenho das atividades econômicas, principalmente nos setores de comércio e serviços. No ano passado, impactada pelo desempenho negativo da economia brasileira (-4,1%), assim como da economia regional nordestina (-2,1%), na qual está cada vez mais integrada, a economia estadual retrocedeu -1,56%.

Em 2020, o PIB estadual, um indicador que expressa a soma de todas as riquezas, bens e serviços, produzidas na economia alagoana ao longo do ano, marcado pelos meses da pandemia, obteve um resultado anual negativo, refletindo os números da agropecuária (-0,78%), indústria (-0,74%), serviços (-1,88%) e comércio (-3,29%)¹. Um desempenho muito próximo ao do Nordeste. No ano passado, a economia nordestina depois do primeiro trimestre de baixo desempenho e de uma queda de -7,1% no segundo trimestre, vinha apresentando sua recuperação no terceiro (4,5%) e quarto trimestre (1,8%), mas terminou 2020 com uma taxa anual negativa de -2,1%².

Nos primeiros meses deste ano, num cenário de agravamento dos efeitos da Covid-19, a economia alagoana esteve marcada pela queda nas suas atividades e aumento do desemprego, motivada, principalmente, pela redução do consumo em decorrência da ausência do Auxílio Emergencial, suspenso em dezembro, juntamente com os demais programas de estímulo à economia – o Programa de Manutenção do Emprego e Renda e as linhas emergenciais de crédito. A importância desses três mecanismos para a economia alagoana é indiscutível. Por um bom período de 2020 (de abril à dezembro), graças ao Auxílio Emergencial, 1,2 milhão de alagoanos acumularam uma renda extraordinária de 5,4 bilhões de reais, o equivalente a seis anos do valor pago pelo Programa Bolsa Família aos seus beneficiários no estado.

O segundo mecanismo de apoio, o Programa de Manutenção do Emprego e Renda, realizou 200 mil contratos de redução da jornada de trabalho em troca de um pagamento mensal e da garantia do emprego, gerando uma renda de mais de R\$300 milhões, beneficiando um imenso conjunto de trabalhadores, assim como as 15,5 mil empresas alagoanas que acessaram este programa. O terceiro mecanismo, as diversas linhas emergenciais de crédito, disponibilizou para as empresas brasileiras, via bancos oficiais (BB, CEF, BNDES e BNB) e privados (Bradesco, Itaú e Santander), um volume extraordinário de recursos – R\$148 bilhões, em 980 mil contratos de empréstimo. Somente a menor delas, a Linha Emergencial do BNB/Sudene, liberou R\$130 milhões para 7.000 empresas alagoanas.

Outras medidas influenciaram a economia estadual ao longo de 2020. A Previdência Social antecipou para abril e maio o pagamento da 13ª parcela que, normalmente, é paga em dezembro, dividindo nestes dois meses 550 milhões de reais nas contas dos 426 mil aposentados e pensionistas do INSS. A antecipação do pagamento do FGTS foi outra medida emergencial para fortalecer a renda das famílias. O resgate de R\$ 1.045 do FGTS por trabalhador, entre junho até dezembro de 2020, significou mais R\$ 300 milhões para o consumo nesse período. Por outro lado, em abril do ano passado, o Congresso Nacional aprovou um pacote emergencial de ajuda aos estados e prefeituras, como forma de apoio a medidas de

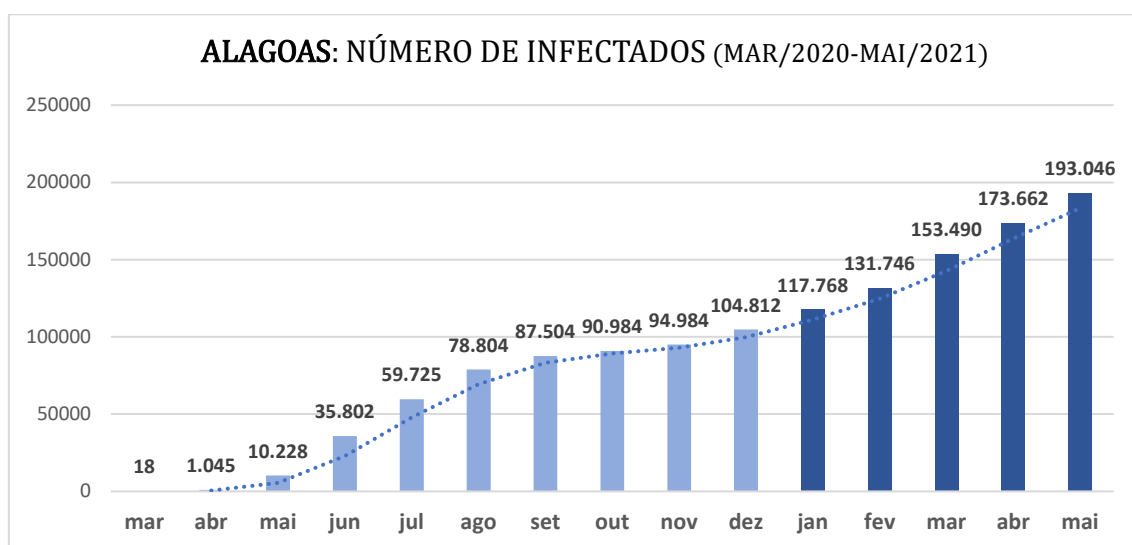
¹ SEPLAG/AL (30/04/2021).

² BCB/Boletim Regional (março/2021).

combate ao Covid-19, no valor de R\$60 bilhões. Alagoas recebeu R\$891 milhões, divididos entre os R\$564 milhões para o Estado e 327 milhões de reais para as 102 prefeituras³.

Sem esses mecanismos de estímulo à economia, teríamos, em 2020, várias consequências inevitáveis: a) uma queda maior na renda média da população, principalmente nos seus segmentos mais pobres, afetando muito mais fortemente o consumo, ampliando os indicadores de inadimplência e endividamento; b) aumento considerável de empresas com dificuldades de receita e capital de giro, ampliando o número de unidades desativadas temporariamente ou fechadas definitivamente, principalmente no segmentos das MPE's e MEI's; c) uma taxa de desemprego muito mais elevada no mercado formal de trabalho, rebatendo no conjunto da força de trabalho como um todo; d) uma queda na arrecadação do Estado e dos municípios; e e) uma taxa ainda menor de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do que a anunciada oficialmente de -1,56%, para 2020.

Nestes primeiros meses de 2021, a pandemia ampliou seus números. A redução na velocidade do número de casos, alcançada entre setembro e novembro, desapareceu a partir de dezembro, quando o número de infectados e mortos evoluiu rapidamente. Esta “segunda onda” nos meses de janeiro a maio já infectou mais 90 mil alagoanos, causando a morte de 2.400 pessoas, segundo o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde⁴. Com esse cenário sanitário, o Governo de Alagoas decretou em março (03/03) o retorno de todo o Estado para a fase laranja do distanciamento social controlado; dias depois para a fase vermelha, no sertão e agreste, e laranja na zona da mata (07/03); e, finalmente, decretou a fase vermelha em todo o território (19/03).



Fonte: SESAU (2021).

Esse quadro sanitário rigoroso deve-se à ocupação de leitos hospitalares, que chegou a mais de 90% das UTIs no Estado, ao tempo em que a vacinação continua lenta, cobrindo, em três meses de campanha (19 de janeiro a 31 de maio), apenas 20% da população alagoana, quando é necessário atingir uma média de 70% de vacinados para alcançar uma situação de relativo controle da pandemia.

³ SENADO (05/06/2020).

⁴ SESAU/Boletim n.451 (2021).

CONSUMO. Nestes primeiros meses de 2021, a suspensão dos programas de estímulo à economia se fez sentir de imediato, principalmente no consumo geral. A pandemia encontrou os setores de comércio e serviços com vendas em baixa desde o ano anterior. Em 2019, o comércio alagoano obteve uma taxa anual e negativa de -2,4% e as vendas no setor de serviços caíram em -5,5%. No ano passado (2020), em plena pandemia, mesmo com a maior cobertura do auxílio emergencial, o comércio terminou o ano com o índice de -2,2% e o setor de serviços repetiu o resultado negativo, obtendo a maior taxa nacional (-16,1%).

No começo de 2021, o primeiro sinal é, também, negativo: em janeiro, as vendas do setor de comércio mantiveram-se em retração (-3,9%), recuperando um pouco as vendas em fevereiro (0,9%) para voltar a cair em março (-1,7%) e abril (-1,1%); e o setor de serviços piorou o desempenho nos meses de janeiro (-9,6%), com ligeira recuperação em fevereiro (3,2%) e março (0,3%), voltando a cair em abril (-2,8%). Ou seja, os setores de comércio e serviços, influenciados pela maioria de seus segmentos, estão entrando no terceiro ano de resultados negativos, o que significa menor volume de receita e de investimentos, e mais desemprego.

ALAGOAS: SETORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS – 2019-2021(jan/abr)

SETOR	2019	2020	2021			
			JAN	FEV	MAR	ABR
SERVIÇOS	-5,5%	-16,1%	-9,6%	3,2%	0,3%	-2,8%
COMÉRCIO	-2,4%	-2,2%	-3,9%	0,9%	-1,7%	-1,1%

Fonte: IBGE (2021).

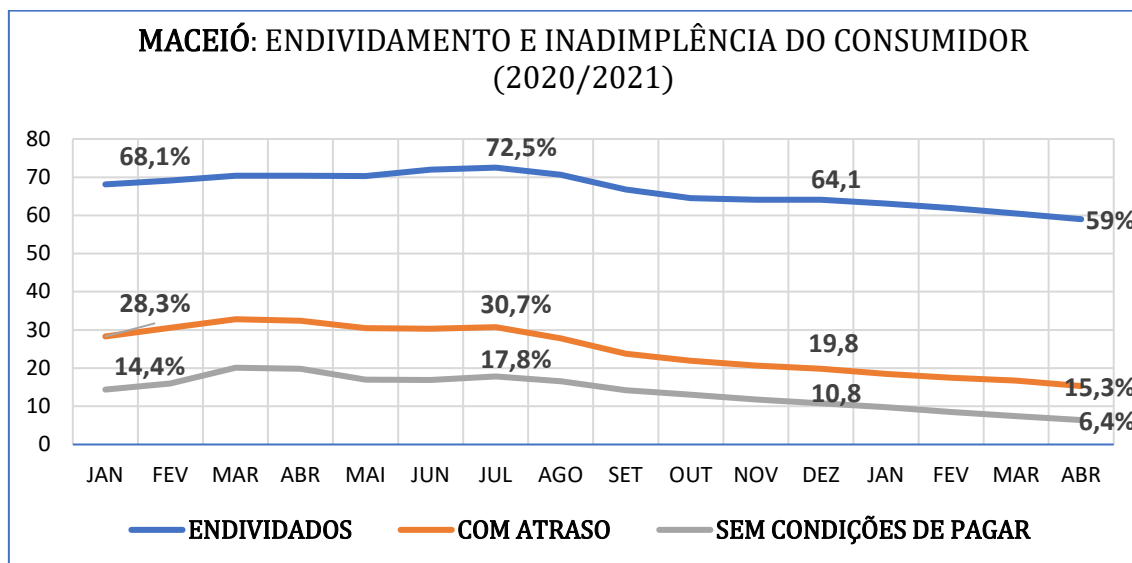
No consumo estadual pesa decisivamente o contexto inflacionário de 2020, com a taxa anual de 4,52% para a inflação geral, a maior desde 2016, e 14,09% para a inflação de alimentos, a mais alta desde 2002. Estes índices influenciaram diretamente a inflação da baixa renda, daqueles que recebem entre 1 e 2,5 salários mínimos, que subiu 6,02% no ano passado. Em Alagoas, esse segmento de renda representa 80% das famílias. Nos cinco primeiros meses deste ano, a inflação geral, medida pelo IPCA alcançou taxas expressivas (0,25% em janeiro, 0,86% em fevereiro, 0,93% em março, 0,31% em abril e 0,83% em maio) acumulando 8,06% para a inflação geral dos 12 últimos meses⁵. O valor da cesta básica chega a 50% do salário mínimo que, em maio deste ano, deveria ser equivalente a R\$ 5.330,00⁶. Esses indicadores sinalizam que os segmentos mais pobres perdem renda, baixando o consumo.

A renda social pública colocada em 2020 sustentou e aumentou a demanda de bens essenciais, conseguindo diminuir o impacto da crise, permitindo o pagamento à vista de parte das compras, assim como a prioridade para a quitação de parte dos débitos, o que se refletiu na queda dos índices de endividamento e inadimplência a partir do mês julho. Neste período, o Auxílio Emergencial, a antecipação da 13ª parcela da previdência social, do FGTS e outros mecanismos de estímulo à economia colocaram um grande volume de renda nas mãos dos segmentos mais pobres. Esses recursos excepcionais, depositados em contas de bancos públicos, permitiram a formação de uma poupança com a parte não gasta da renda extra, resultado da adoção de um comportamento mais cauteloso dos

⁵ Valor Econômico (09/06/2021).

⁶ DIEESE (2021),

consumidores em suas despesas, com efeito positivo na renda a ser gasta nos primeiros meses deste ano.



Fonte: FECOMERCIO (2021).

Nos meses de janeiro a abril deste ano, apesar da suspensão dos programas de apoio à economia e da alta inflacionária, essa reserva criada pelos recursos disponibilizados, mais os pagamentos regulares do funcionalismo público e dos trabalhadores do setor privado, combinada com a renda previdenciária e dos programas de transferência direta de renda, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família (que voltou ser pago em janeiro), mesmo não sendo suficiente para segurar a queda do consumo geral, continuou direcionada às compras de produtos básicos do varejo popular, permitindo, também, a manutenção da redução das taxas de endividamento e inadimplência alcançadas no ano anterior.

EMPREGO E RENDA. Depois do consumo, o segundo forte indicador é o nível de ocupação da força de trabalho. No caso do emprego formal, podemos analisar o desempenho baseado no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) de janeiro a abril; e, no universo mais amplo da força de trabalho, dos assalariados formais e informais, a análise pode ser realizada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), trimestral, do IBGE, publicada recentemente.

ALAGOAS: EMPREGOS/DESEMPREGOS FORMAIS (2021 – jan./abr.)

MÊSES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
JANEIRO	10.235	10.770	-535
FEVEREIRO	9.526	10.103	-577
MARÇO	10.170	18.583	-8.413
ABRIL	8.521	11.729	-3.208
TOTAL	38.452	51.185	-12.733

Fonte: Secretaria do Trabalho (2021).

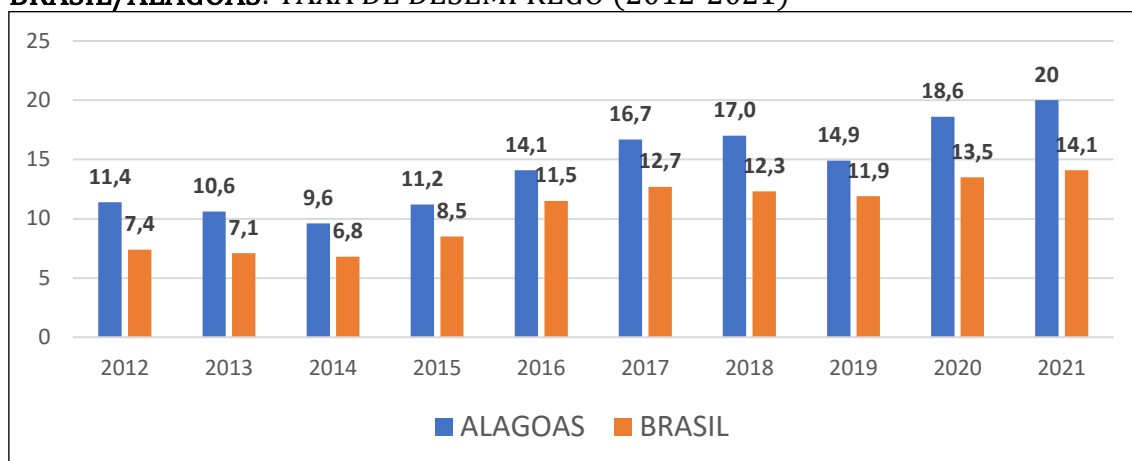
O CAGED informa que, no primeiro quadrimestre, como era esperado, a taxa foi negativa, principalmente pela chegada da entressafra canavieira e da baixa estação do turismo, mas seus resultados ainda não refletem o quadro do mercado de trabalho. Importa dizer que os dados do CAGED, de emprego formal, ainda estão

influenciados pelo efeito do Programa de Manutenção Emprego e Renda. Pelo acordado nesse programa, os trabalhadores que assinaram contratos de redução no final do ano passado têm a garantia do posto de trabalho estendida pelo mesmo número de meses nos quais recebeu o benefício. Como milhares desses assalariados assinaram contrato no final do ano, eles continuam em seus empregos e os números do desligamento foram abrandados.

Em Alagoas, como em todos os estados nordestinos, a pandemia atingiu a sociedade nas suas características de pobreza econômica e social, principalmente os trabalhadores de menor renda. Na atual conjuntura, para se compreender a força das transferências e da renda social pública, é necessário entender a estrutura da renda nas atividades econômicas. Essa renda é dimensionada a cada três meses pelo IBGE. Recentemente saiu a edição da PNAD para o trimestre jan/fev/mar de 2021⁷.

Apesar de todos os recursos emergenciais no enfrentamento da pandemia, o quadro de pobreza em Alagoas ficou tão grave como no ano anterior e o desemprego subiu um pouco mais (20%), constituindo-se na quinta maior taxa do Brasil; a subutilização da força de trabalho chegou a 45,6%, a segunda maior do país, assim como a taxa dos informais (48,6%). O isolamento social teve como consequência o aumento das características históricas da economia alagoana e do mundo do trabalho em Alagoas: a informalidade, o desemprego e a subutilização da força de trabalho.

BRASIL/ALAGOAS: TAXA DE DESEMPREGO (2012-2021)



Fonte: Ibge/PNADC (maio/2021).

São 3,3 milhões de alagoanos residentes no estado, 2,6 milhões são maiores de 14 anos, com idade de trabalhar. Em Alagoas, a força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) é formada por um conjunto de 1,2 milhão de pessoas. Desses, um milhão são os ocupados, 674 mil são empregados (nos setores públicos e privados e serviços domésticos), 32 mil são empregadores e 287 mil trabalhadores por conta-própria (autônomos). Os desempregados são 254 mil (20% da força de trabalho). Nessa força de trabalho, 541 mil pessoas pertencem ao conjunto das ocupadas, mas estão na informalidade, sem contrato ou, quando autônomos, sem documentação do CNPJ, representando 47,6% desse conjunto amplo.

Nesse mesmo conjunto (força de trabalho + força de trabalho potencial), 776 mil pessoas (46,9%) compõem o conjunto dos subutilizados, composto por 254

⁷ IBGE/ PNADC (27/05/2021).

mil desocupados (que buscam emprego), por 384 mil pessoas que estão na categoria “potencial da força de trabalho” formada, basicamente, por desalentados (que deixaram de procurar emprego) e por mais 139 mil pessoas que, apesar de ocupadas, são subutilizadas por insuficiência de horas trabalhadas, e, por isso, não são consideradas trabalhadores plenos. Esse vem sendo um universo de trabalhadores majoritariamente pobres, sem atividade regular ou garantias sociais.

ALAGOAS: INDICADORES PARA TRABALHO E RENDIMENTO (2021) (mil)

CATEGORIAS	abr-jun/2020	out-dez/2020	jan-mar/2021
População com + 14 ANOS	2.631	2.691	2.685
Força de Trabalho	1.101	1.256	1.272
Ocupada	905	1.004	1.018
Desocupada	197	252	254
Empregado	607	707	674
Setor Privado (s/cart.)	366 (126)	430 (149)	422(148)
Setor Público (s/cart.)	185 (50)	216 (66)	187(53)
Domésticos (s/cart.)	57 (46)	61 (49)	65 (56)
Empregador (s/CNPJ)	29 (7)	31 (10)	32 (9)
Conta-própria (s/CNPJ)	241 (213)	239 (204)	287 (250)
Trabalhador Familiar Auxiliar	28	27	25
Informais	470	495	541
Força de Trabalho Subutilizada	698	760	776
Com insuficiência de horas tra.	98	132	139
Potencial (Desalentados)	403 (287)	376 (284)	384 (278)

Fonte: IBGE (Pnadc, 2021).

Como era de se esperar, a renda média do trabalho em Alagoas (R\$ 1.623) é mais baixa comparada à renda média do Brasil (R\$ 2.554) e também levemente menor do que a renda média nordestina (R\$1.693). Além da pouca dinâmica econômica, do grau menos elevado de escolaridade e da formação profissional deficiente dessa força de trabalho, o rendimento dos assalariados é empurrado para baixo pela presença de um grande contingente de trabalhadores na informalidade e, principalmente, no conjunto dos “subutilizados”, no qual se registra a disponibilidade de setecentas e sessenta mil pessoas desocupadas ou desalentadas.

ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO REAL DE TODOS OS TRABALHOS (2021). (mil)

ESTADO/REGIÃO	jan/mar	out/dez	jan/mar
ALAGOAS	1.709	1.674	1.623
NORDESTE	1.744	1.725	1.693
BRASIL	2.398	2.445	2.554
SÃO PAULO	3.243	3.243	3.202

Fonte: IBGE (Pnad, 2021).

Essa pobreza social explica a necessidade e a importância da massiva renda social pública e de instrumentos como seguro-desemprego que, nos cinco primeiros meses deste ano, pagou R\$134 milhões de reais, recursos que ajudam na composição da renda familiar⁸. Ao longo do ano passado, a renda média dos alagoanos registrou uma queda no período mais intenso da pandemia para alcançar

⁸ MTE (2021).

uma pequena recuperação nos meses de retomada da economia, influenciada pela renda pública.

O Programa de Emprego e Renda. No período da pandemia, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (PMER) tem se apresentado como o principal instrumento de defesa dos assalariados com contrato de trabalho celetista, com o objetivo declarado de manter empregos e a remuneração dos trabalhadores atingidos pelo impacto da epidemia sobre as atividades econômicas. É o programa de maior impacto, logo depois do Auxílio Emergencial, pela garantia do posto de trabalho para um enorme contingente de assalariados formais e pelo apoio à sobrevivência das empresas, sustentando uma parte considerável dos empregos formais e parte dos negócios, principalmente as MPE's.

O PMER, que permite a redução temporária da jornada de trabalho e dos salários, na mesma proporção, bem como a suspensão dos contratos de trabalho, oferece uma compensação – o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – cobrindo parte da perda de rendimentos durante esse período. Com a cessação do prazo pactuado ou caso o empregador decida antecipar seu encerramento, a jornada e o salário voltam ao patamar anterior, com o emprego garantido⁹.

Em Alagoas, o público potencial desse programa, o conjunto de trabalhadores formais, alcança 340.465 assalariados com carteiras assinadas, concentrados nos setores de comércio (90.209), serviços (166.241), indústria (54.019), construção (24.430) e agropecuária (8.566). Pelos dados do Ministério da Economia, 15.500 empresas alagoanas utilizaram, de abril a dezembro do ano passado, os mecanismos de apoio desse programa, realizando quase 200 mil contratos de redução ou suspensão de emprego¹⁰. Suspenso em dezembro passado, o programa voltou em 28 de abril deste ano. No primeiro mês dessa nova versão do programa, 7.779 empresas realizaram contratos com 31.873 trabalhadores.

ALAGOAS: PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E RENDA (abril-maio / 2021)

TIPO DE CONTRATO		IDADE		SETOR	
Suspensão	13.346	Até 29 anos	10.574	Agropecuária	34
70%	10.734	30-39 anos	10.521	Comércio	10.319
50%	5.918	40-49 anos	7.164	Construção	810
25%	1.875	50 e + anos	3.604	Indústria	2.197
-----		-----		Serviços	18.513
-----	31.873	-----	31.873	-----	31.873

Fonte: MTE (2021).

O seguro-desemprego. Outra forma de acompanhar o mercado de trabalho em Alagoas é o seguro-desemprego, uma assistência financeira temporária aos trabalhadores dispensados sem justa causa, que podem solicitar o seguro-desemprego até 120 dias (4 meses) depois da data de demissão, quando poderão receber de três a cinco parcelas no valor de 1.000 até 1.900 reais, valor, portanto, superior ao do Auxílio Emergencial.

⁹ DIEESE (2020).

¹⁰ Ministério da Economia/Sec. Trabalho (2020).

ALAGOAS: SEGURO-DESEMPREGO (jan./mai - 2021)

MÊS	REQUERENTES	SEGURADOS	TAXA %	PARCELAS	VALOR (R\$ mi)
Jan	4.318	4.093	94,8%	20.435	26,5
Fev	4.043	3.784	93,6%	19.739	25,9
Mar	6.187	5.503	88,9%	24.458	31,8
Abr	6.584	5.543	84,2%	22.502	29,3
Mai	4.717	4.023	86,8%	21.535	27,0

Fonte: Ministério da Economia (2021).

Entre os meses de janeiro e maio, o seguro-desemprego continuou no seu importante papel de renda familiar, pagando mais de R\$ 140 milhões aos beneficiários. Em Alagoas, esse programa paga, mensalmente, uma média de R\$ 28 milhões, o equivalente a 25 mil salários mínimos mensais; dinheiro que vai todo para o consumo.

A suspensão dos programas. Nestes primeiros meses de 2021, a suspensão dos mecanismos de estímulo à economia impactou negativamente as atividades das regiões mais pobres. Neste período, a pandemia acelerou seus números de infectados e mortos, o desemprego aumentou, a renda média caiu e o consumo diminuiu. A economia foi afetada como um todo, mas alguns setores, que tiveram seus horários reduzidos pelas medidas de restrição de movimento, como bares, restaurantes e lanchonetes, ampliaram a situação anterior de dificuldades, que vem se acumulando há um ano. Neste cenário, sem os mecanismos de apoio federal, os segmentos das empresas mais atingidas pelas medidas de isolamento adotadas no âmbito local passaram a pressionar os governos estaduais e algumas prefeituras por medidas de apoio.

Pelas mesmas razões, em quase todos os estados nordestinos e em algumas capitais ou cidades maiores, foram aprovadas iniciativas de caráter tributário, com a isenção, redução ou postergação de alguns impostos; e em outros estados medidas financeiras de apoio a esses segmentos. A prefeitura de Maceió aprovou, em 10 de março, duas medidas tributárias, a redução do IPTU em 15% e a isenção na taxa de localização. Iniciativas simpáticas, mas de pouco impacto financeiro para as empresas. Dois dias depois, o Estado apresentou um pacote mais amplo, incluindo sete medidas tributárias, entre elas a isenção ou suspensão de pagamento do ICMS, e uma linha de financiamento para as empresas do setor de bares e restaurantes, a ser operacionalizada pela Agência de Fomento.

Essas iniciativas positivas sinalizam a preocupação governamental com os segmentos mais afetados, mas, pelas condições reais de cada uma dessas instituições e pela dimensão financeira do problema, são medidas insuficientes. A prefeitura de Maceió trabalha, atualmente, com um déficit mensal de 25 milhões de reais, o equivalente anual de R\$300 milhões ¹¹. O Estado de Alagoas, em condições financeiras melhores, lançou uma linha emergencial de crédito de R\$45 milhões. É positivo, mas ainda distante do necessário. No Estado, bares, restaurantes e lanchonetes formam um conjunto de 15 mil empresas. Os recursos que as empresas e as demais unidades dos segmentos que compõem o universo dos 117 mil microempreendedores individuais (MEIs) e das 47 mil micro e pequenas empresas (MPE's), necessitam e demandam são muito maiores do que podem oferecer o setor

¹¹ Gazeta de Alagoas (06/02/2021).

público estadual ou prefeituras. Essa é uma tarefa nacional para o sistema financeiro federal.

No ano passado, para se ter uma ideia, o Banco do Nordeste (BNB) aplicou R\$1,4 bilhão em Alagoas, realizando 232,7 mil contratações. Dessas contratações, 220,4 mil operações, no valor de R\$542 milhões, foram realizadas pelo Crediamigo, o programa de microcrédito urbano destinado a microempreendedores que trabalham por conta própria e que atuam nos setores informal ou formal da economia urbana. Utilizando meios financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o BNB emprestou R\$867 milhões no Estado. No âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o volume contratado alcançou R\$165,2 milhões, dos quais R\$147,4 milhões foram aplicados pelo programa de microcrédito rural, o Agroamigo, que atende agricultores familiares enquadrados no Pronaf. Para as micro e pequenas empresas (MPEs) alagoanas foram destinados R\$200 milhões em volume de crédito, sobretudo para equilibrar o fluxo de caixa, como o pagamento de despesas de aluguel, folha de pagamento, matérias-primas, insumos e outras contas¹².

No ano passado, foram criadas ou ampliadas várias linhas emergenciais de crédito (PEAC, PESE, Fampe, Pronampe, BNDES Giro, BNB/Sudene) que, juntas, emprestaram R\$148 bilhões às empresas brasileiras. No Nordeste, refletindo esses programas de apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas, ocorreu um crescimento de 17,2% nos empréstimos às pessoas jurídicas, nas modalidades capital de giro e outros créditos livres¹³. Somente uma das linhas emergenciais, de atuação apenas regional, operacionalizada pelo BNB/Sudene, emprestou R\$3 bilhões a 154 mil empresas nordestinas.

Na atual conjuntura e para os próximos meses, a resposta efetiva é a volta das medidas de estímulo à economia: o Auxílio Emergencial, pago de abril até julho; o Programa de Manutenção do Emprego e Renda, que retornou no mês de maio; o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que deixou de ser uma linha emergencial para ser um programa de crédito permanente para as MPE's; e o pagamento antecipado da 13ª parcela do INSS, para o final de maio e junho, em duas parcelas de R\$280 milhões. Esses recursos, operacionalizados pelos bancos públicos e privados têm uma dimensão e uma capilaridade insubstituíveis, porque respondem de forma massiva e em volume razoável a demanda da população por renda e a necessidade de crédito pelas empresas.

O Auxílio Emergencial começou a ser pago no mês de abril. No entanto, o programa encolheu, tem um orçamento menor, público mais reduzido, e o valor menor estabelecido para as quatro parcelas. O orçamento nacional no ano passado que foi de R\$322 bilhões, este ano será de apenas 44 bilhões de reais. Nos quatro primeiros meses, de abril a julho de 2020, o básico era de 600 reais, caiu para 300 reais de agosto a dezembro, e, agora, para apenas 150 reais, equivalente a 25% do valor do ano passado. O benefício médio será de R\$250. Pessoas que vivem sozinhas receberão R\$150 por mês. Para mulheres chefes de família, o valor será de R\$375.

O Auxílio Emergencial e os demais programas sociais cumprem um papel indispensável no combate à pobreza e à desigualdade de renda e oportunidades, que são marcas fortes da sociedade alagoana. No final ano passado, a pandemia, ao diminuir as atividades econômicas e ampliar o desemprego, baixou o rendimento médio dos alagoanos, que voltou para patamares anteriores a esse fenômeno;

¹² BNB (05/01/2021).

¹³ Banco Central/Boletim Regional (março/2021).

apesar de todos os estratos perderem renda, a queda foi muito maior para os mais pobres, aumentando ainda mais a desigualdade de renda.

O Observatório das Metrôpoles, da Pontifícia Universidade Católica, do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que, a cada trimestre, analisa a evolução dos rendimentos habituais do trabalho, chama a atenção no seu Boletim mais recente para a Região Metropolitana de Maceió, para a grande disparidade de rendimentos (46 vezes maior) entre o topo (10% mais ricos) e a base da pirâmide (os 40% mais pobres).

R. M. MACEIÓ: MÉDIA DE RENDIMENTOS POR ESTRATO DE RENDA (2019/20) (R\$)

TRIMESTRE	4º trim / 2019	1º trim / 2020	2º trim / 2020	3º trim / 2020	4º trim / 2020
40% mais pobres	82	87	58	35	74
50% intermediário	695	696	545	533	639
10% superiores	3.426	3.632	3.040	2.906	3.425

Fonte: Observatório das Metrôpoles (PUC/RS) (maio/2021).

Neste levantamento, ficam de fora os rendimentos de outras fontes, como os das políticas sociais de transferência de renda (Bolsa Família, BPC, Auxílio Emergencial, Seguro-desemprego etc.), que têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Outro estudo, “Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise”, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPS), revelou que, no ano passado, graças aos programas sociais, principalmente ao Auxílio Emergencial, houve uma redução de 23% no número de pobres no país, com destaque para o Nordeste, com menos 30% de pobres, apesar da queda de renda do trabalho¹⁴. No caminho inverso, no começo do ano, com a suspensão do Auxílio Emergencial, aumentou o número de famílias inscritas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família. São 671 mil famílias inscritas cadastradas, correspondendo a 1,7 milhão de habitantes, ou seja, 52% dos alagoanos.

ALAGOAS: INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) (maio/2021)

RENDA (R\$)	FAMÍLIAS	PESSOAS
0-89,00	414.274	1.168.159
89,01-178,00	47.528	136.346
178,01-½ SM	101.058	276.526
ACIMA DE ½	109.004	145.839
TOTAL	671.864	1.726.870

Fonte: MDS (2021).

Para a nova versão do Auxílio, a Rede Brasileira pela Renda Básica calculou em 715 mil alagoanos os que seriam beneficiados em Alagoas, ou seja, ocorreu uma redução de meio milhão de pessoas em relação ao ano passado¹⁵. Garantidos estão os inscritos no Cadastro Único, que são 670 mil famílias alagoanas. Como serão 715 mil alagoanos a receber o benefício, a média de pagamento será de R\$180 milhões mensais, o que resultará em R\$720 milhões de reais até julho. O valor é muito pouco, diante dos R\$5,4 bilhões pagos no ano passado. Ainda assim, para a economia estadual, a volta do Auxílio Emergencial será positiva, mesmo com grau de cobertura

¹⁴ FGV/CPS (2020).

¹⁵ UOL (16/03/2021).

e valores menores, porque viabiliza o consumo de bens de consumo popular. Para a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o impacto do Auxílio Emergencial este ano será oito vezes menor do que em 2020¹⁶.

IMPACTO SETORIAL. No primeiro quadrimestre deste ano, os grandes setores da economia têm apresentado situações diferenciadas. O comércio e os serviços continuam sendo, sem dúvida, os setores mais impactados pela queda de renda da população e pelas medidas de restrição à circulação. Nestes dois setores, os segmentos mais afetados são o comércio de produtos não essenciais, e, no setor de serviços, a área das empresas de alimentação e hotelaria.

Na área industrial alagoana, o período da pandemia ficou marcado pela continuidade da paralisação da fábrica da Braskem no Pontal da Barra, desde maio de 2019 até fevereiro deste ano, afetando a cadeia químico-plástico. Por outro lado, as primeiras medidas de isolamento, em 2020, coincidiram com a entressafra da agroindústria canavieira, entre os meses de março e setembro; fenômeno que voltou a acontecer este ano, quando a entressafra coincide com a “segunda onda” da pandemia, diminuindo o impacto neste segmento. Os demais setores industriais – panificação, movelaria, confecção, alimentar em geral, bebida, serralharía, laticínios, etc. – sentem, em graus diferentes, as dificuldades da logística, dos preços mais elevados das matérias-primas e insumos, assim como da queda de consumo. O setor da construção vem sendo penalizado pela inflação de custos industriais (20,82% nos 12 últimos meses) e pelo recente corte nos recursos orçamentários que seriam destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida (hoje Casa Verde e Amarela).

A agricultura sofre menos com a pandemia por ter características particulares na sua produção e comercialização, que a distingue dos demais setores econômicos centrados nas áreas urbanas, a exemplo do comércio, serviços e indústria. Diferentemente das atividades urbanas, o afastamento natural da população rural em relação aos aglomerados e cidades a protege de forma direta do contágio, tornando quase desnecessário o isolamento social. A comercialização agrícola é feita distante do espaço de produção, sendo seus produtos destinados ao comércio nas feiras livres e em outros canais de comercialização nas cidades, ou para as agroindústrias próximas. No caso particular do setor canavieiro, 80% de sua produção final são exportadas. Na pandemia, as perdas da agricultura estão relacionadas à queda da demanda e as dificuldades na comercialização.

COMÉRCIO E SERVIÇOS. Segundo as pesquisas mensais de comércio (PMC) e de serviços (PMS), do IBGE, dos meses de janeiro a abril, esses dois setores estão entrando no terceiro ano de taxas negativas no volume de vendas, como visto. Em abril, a pesquisa da Fecomércio sobre Intenção de Consumo das Famílias registra que, na capital, quando comparado a março de 2020, há uma retração de -10,06% na expectativa de consumo¹⁷. No ano passado, os setores de comércio e serviços foram impactados pelas medidas adotadas pelas autoridades sanitárias para conter a propagação do vírus, como fechamento de estabelecimentos não essenciais, distanciamento social e restrição de circulação de pessoas. No entanto, os segmentos que compõem esses dois setores têm apresentado comportamentos distintos nos seus resultados. Os segmentos considerados “essenciais”, que se mantiveram abertos por todo o período da pandemia, lideram as taxas positivas de vendas, comparadas ao mesmo período de 2020, absorvendo a maior parte da renda para consumo.

¹⁶ CNC (2021).

¹⁷ Fecomércio (2021).

O “Boletim Econômico”, publicado pela Secretaria da Fazenda realiza um balanço parcial da receita estadual mensal utilizando as notas fiscais eletrônicas de cada período para três setores contribuintes de ICMS: varejo, atacado e indústria. Nos três primeiros meses deste ano, assim como no ano passado, no varejo alagoano “os segmentos que, repetidamente, apresentam resultados positivos são aqueles relacionados às necessidades básicas da população: supermercados e hipermercados”¹⁸. Esses setores varejistas, mais as farmácias, postos de gasolina e lojas de material de construção, que representam valores acima de dois terços do total dos valores emitidos nas notas fiscais, têm apresentado resultados acima da média, influenciando, também o setor atacadista a eles vinculados (alimentos, bebidas, medicamentos, combustível, material de construção, etc.). Mesmo numa conjuntura de agravamento da Covid-19, nos meses de janeiro a abril deste ano, a arrecadação de ICMS, graças a esses setores do comércio e serviços, cresceu 22,5% em relação ao primeiro trimestre de 2020, numa conjuntura pré-pandemia¹⁹.

Os segmentos não essenciais, na área do comércio e serviços, aqueles que se mantiveram fechados ou com algum tipo de restrição (no horário comercial ou funcionamento em finais de semana), como bares, restaurantes, academias, lojas comerciais, assim como a rede hoteleira, shoppings centers e galerias, reduziram suas atividades e tiveram queda de receita. Para esses setores foram dirigidas as medidas de apoio, tanto da Prefeitura como do Estado de Alagoas.

COMÉRCIO ATACADISTA. O setor de distribuição em Alagoas é o núcleo mais dinâmico da economia alagoana, possui uma estrutura moderna e eficiente, capaz de, simultaneamente, concorrer com as empresas de outros estados, atender à demanda dos milhares pontos de vendas do varejo em todas as localidades, e ampliar sua atuação nos estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe.

A Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado de Alagoas (Acadeal) representa esse importante segmento, na medida em que as 100 empresas associadas cobrem todo o Estado, mantendo uma relação de interesse mútuo (fornecimento, financiamento) com os milhares pontos de vendas do varejo (mercados, supermercados, mercadinhos, lojas de departamento, armarinhos, farmácias, açougues, padarias, bares e restaurantes, etc.). Esse conjunto de empresas apresenta um elevado crescimento nas duas últimas décadas, com expressivos investimentos na sua rede logística (transporte, centros de distribuição).

No Relatório mais recente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), com o *Ranking* anual para 2021 das maiores empresas por Estado, metade das empresas alagoanas (49) declararam o faturamento: oito distribuidoras tiveram uma receita maior que 100 milhões até 842 milhões de reais, nove se apresentaram com um faturamento maior que R\$50 milhões, até 91 milhões de reais, 20 empresas com mais de R\$10 milhões, até 47 milhões de reais, e 12 distribuidoras com valores menores que 10 milhões de reais. Em 2020, essas empresas apresentaram um faturamento de 4,1 bilhões de reais. Uma variação de 29% em relação ao ano anterior, quando as distribuidoras listadas faturaram R\$ 3,1 bilhões²⁰.

¹⁸ SEFAZ (abril/2021).

¹⁹ CONFAZ (2021).

²⁰ ABAD (2021).

ALAGOAS: RANKING DO COMÉRCIO ATACADISTA (2019/2020)

RANKING	EMPRESA	2019	2020
1º	Andrade/Meta/Mafrios	613.848.172,59	842.419.476,21
2º	DISTAC	476.265.591,51	619.578.292,18
3º	Asa Branca Distribuidora	465.185.610,60	589.544.742,49
4º	Vieira Distribuidor	183.404.743,98	229.261.814,33
5º	Distribuidora Sorriso	149.026.393,35	200.123.766,01
6º	Cunha Distribuidora	83.494.267,87	138.255.574,80
7º	AM Comercial	85.150.890,00	122.230.400,00
8º	UP Distribuidora	100.610.601,15	119.759.136,24
9º	Maceió Distribuidora	60.200.250,36	91.132.153,98
10º	Distribuidora Paris	55.477.996,92	84.037.840,16
11º	Abreu & Silva	44.171.685,50	83.125.354,41
12º	Pontual Distribuidora	74.742.759,00	81.080.438,00
13º	Popular Alimentos	77.365.803,75	80.551.946,97
14º	Dinâmica Distribuidor	48.057.438,41	69.242.956,00
15º	Comercial Mascarenhas	45.570.422,13	55.677.261,24
16º	NR Distribuidora	50.000.000,00	55.000.000,00
17º	Talento Distribuidora	40.721.342,00	50.334.859,85

Fonte: ABAD (2021).

Nesse levantamento, é importante observar que, por ser uma informação voluntária, metade das distribuidoras associadas não apresentou os seus números. Dessa forma, o valor publicado representa uma parte desse faturamento, aproximadamente 70% do total; portanto, o valor real do faturamento anual (2020), caso computasse a outra metade das empresas, poderia ultrapassar os R\$ 6 bilhões. Esse setor, segundo a Sefaz, teve suas vendas aumentadas de forma constante em todos os meses da pandemia.

AGROPECUÁRIA. Nos primeiros meses de 2021, a agropecuária concluiu o período final da safra da cana-de-açúcar, e agora realiza as tarefas para a safra 2021/2022; entrando, as demais atividades agrícolas, no período de plantio de suas culturas alimentares. No geral, a agricultura está sendo beneficiada pela temporada regular de chuvas, presente nos últimos anos, que estimula suas atividades nas três regiões alagoanas (Mata, Agreste e Sertão). Os dados recentes dos índices pluviométricos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), para os meses de março e abril, são positivos, gerando a expectativa de uma safra dentro das médias dos anos pós-seca (2017-2020).

A previsão climática da Semarh para o trimestre de maio, junho e julho é de níveis pluviométricos regulares, devendo Alagoas receber chuvas dentro da normalidade para esse trimestre, contribuindo, assim, para que a agropecuária de Alagoas se distancie do período de seca, uma longa estiagem que penalizou a agricultura e a pecuária de todo o Nordeste, entre 2012-2016, principalmente no Agreste e Sertão. No próximo trimestre, as regiões da Zona da Mata e Litoral devem receber um volume considerável de chuvas, normal para esta época do ano. No entanto, para as regiões do Agreste, Sertão do São Francisco e o Sertão, há uma possibilidade dessas chuvas ficarem entre a categoria normal e abaixo da normalidade, ou seja, abaixo da média²¹.

²¹ SEMARH (2021).

Neste contexto, o setor agropecuário do semiárido alagoano (nos 41 municípios do Agreste e Sertão) merece uma atenção especial, pois é a região mais dependente de recursos hídricos para o seu desenvolvimento e também é a mais vulnerável aos fatores climáticos inerentes à região, onde a irregularidade climática e a ocorrência do fenômeno da seca são uma constante, afetando tanto a produção agrícola, que depende de um regime pluviométrico regular, como a pecuária, dependente das chuvas para produzir alimentos para o gado.

Mesmo com a possibilidade de menos água no semiárido, essa previsão confirma a possibilidade de uma boa safra agrícola, assim como para a produção na pecuária, onde a chuva, mesmo em menor quantidade, significa mais pastos, mais água (nos açudes, barreiros e cisternas) e alimentos (forragens) para um rebanho que vem se recuperando do período de seca, com 1,2 milhão de bovinos e 380 mil ovinos e caprinos, concentrados no Agreste e Sertão.

No entanto, este ano, os produtores vêm sentindo a forte alta dos preços dos grãos como a soja e o milho, que servem de ração animal. Ao tempo que esse aumento elevou os custos da produção leiteira, desde o ano passado, o valor do leite permanece o mesmo, o consumo não cresce e as indústrias não aumentam as suas compras, penalizando, assim, os produtores alagoanos.

ALAGOAS: PECUÁRIA/REBANHOS (2010-2019)

REBANHO	Bovino		Caprino		Ovino	
ANO	2010	2019	2010	2019	2010	2019
SERTÃO	367.344	296.209	39.849	37.250	132.100	154.921
AGRESTE	400.152	375.557	17.693	15.904	40.629	75.584
LESTE	452.082	561.628	8.113	18.430	30.044	76.542
ALAGOAS	1.219.578	1.233.394	65.655	71.584	202.773	307.047

Fonte: Ibge (2021).

Na área do principal produto da agricultura alagoana, a zona canavieira, a Conab, responsável pelo levantamento trimestral da produção do setor sucroalcooleiro, por meio do boletim semestral “Acompanhamento da safra brasileira – cana-de-açúcar”, previa, em dezembro de 2020, para a safra 2020/2021, uma produção de 18,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, que significaria um aumento de 4,0% em relação à safra anterior, graças às chuvas regulares e mais intensas que as do ano anterior. Uma expectativa que não se realizou, alcançando uma safra de 17 milhões de toneladas, 0,3% maior que a safra do ano anterior, segundo o Boletim de Maio/2021²².

Na safra 2020/2121 (setembro/abril), o setor sucroalcooleiro realizou um ano mais “açucareiro”, aumentando o volume desse produto (+7,5%), reduzindo a quantidade de etanol (-16,16%). O volume maior de açúcar está relacionado à garantia de mercado e às cotações no mercado internacional, com preços mais remuneradores ao longo de 2020; a produção de etanol refletiu a menor demanda devido à pandemia e aos preços mais baixos dos combustíveis derivados do petróleo, o que diminuiu ainda mais a produção do etanol hidratado.

Mesmo com chuvas regulares nestes últimos anos, a produção regional nordestina de cana continua com baixa produtividade na área agrícola (57 tons/ha), da mesma forma que a alagoana (56,9 tons/ha) em relação à alcançada no Sudeste (79,6 tons/ha), com destaque para Minas Gerais (82,6 tons/ha); assim como no

²² CONAB (2021).

rendimento medido pelo ATR, o volume (em kg) de açúcar total recuperável por tonelada de cana-de-açúcar, com Alagoas apresentando 131,5 kg/t, enquanto Sudeste chega a 146,4 kg/t e Minas alcança 144,3 kg/t ²³. Nestas condições, a presença nordestina na produção nacional canavieira vem caindo regularmente e de 20%, em 2000, retrocedeu para 7% em 2021.

A safra da cana-de-açúcar terminou no começo de abril. Segundo dados do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Alagoas, sete das quinze unidades industriais tiveram queda na quantidade de canas esmagadas²⁴. O destaque foi a Usina Coruripe, prejudicada pelo atraso no fornecimento de equipamentos para uma nova caldeira e uma refinaria. A usina Coruripe, que tradicionalmente esmaga mais de três milhões de toneladas, em função deste atraso na área industrial, redirecionou parte de sua produção canavieira para a moagem em unidades vizinhas, como a Cooperativa Pindorama e a Impacto (antiga usina Seresta), que apresentaram resultados mais positivos do que na safra anterior²⁵.

ALAGOAS: PRODUÇÃO DO SETOR SUCROLEIRO (2020/2021)

USINAS	CANA (t)	%	AÇÚCAR (t)	%	ETANOL (t)	%
Coruripe	2.777.686	-11,44	235.715	-18,50	70.953	-8,73
Santo Antônio	2.000.117	-1,35	163.817	-1,52	57.78	-15,78
Caeté	1.763.578	6,87	149.875	9,20	45.666	-9,77
Porto Rico	1.455.647	10,38	115.246	41,78	46.346	-14,80
Serra Grande	1.267.696	12,63	126.629	4,97	22.784	5,64
Marituba	1.122.125	14,34	100.074	37,56	30.191	-21,42
Pindorama	1.035.504	15,56	56.613	20,00	48.702	2,00
Impacto	987.073	56,04	71.765	116,83	26.779	8,88
Santa Clotilde	892.093	3,72	77.972	9,85	20.515	-12,02
Sumaúma	1.016.934	-1,32	88.962	14,61	23.690	-34,25
Coopervales	856.434	1,65	93.275	-1,22	-----	-----
Leão	720.085	-13,69	59.771	92,57	17.674	-54,39
Camargibe	691.089	-2,32	62.845	-10,66	-----	-----
Santa Maria	317.049	-13,40	19.012	16,14	11.085	-17,10
Taquara	135.902	-49,65	9.925	-56,18	-----	-----
TOTAL	17.039.012	0,52	1.431.979	7,56	422.022	-16,16

Fonte: Sindicato do Açúcar (2021).

Para a safra 2021/2022, a ser iniciada em agosto/setembro, a Conab prevê uma colheita de mais de 17 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, numa área de um plantio um pouco menor que a passada, na ordem de 285 mil hectares, com boas perspectivas para o rendimento médio (59 tons/ha), “em virtude de maiores investimentos e tratos culturais dispendidos às plantas, além das boas condições climáticas registradas, especialmente de janeiro de 2021 até agora, com ocorrência de chuvas regulares”²⁶.

Essa expectativa de aumento na próxima safra da agricultura alagoana está baseada numa boa estação chuvosa (abril/julho) e nos investimentos realizados no campo. A produção estadual da agricultura depende da estação chuvosa, que, tradicionalmente, ocorre na primavera e no inverno, nos meses de março a julho. A

²³ CONAB (2020).

²⁴ Sindicato do Açúcar (2021).

²⁵ JornalCana (01/04/2021).

²⁶ CONAB (2021).

agricultura de sequeiro é dominante em quase todas as culturas, e a irrigada está presente, parcialmente, na área canavieira assim como na nova (e ainda incipiente) produção no entorno do Canal do Sertão. Na estação seca, no outono e verão, entre setembro e fevereiro, há uma diminuição dos volumes de chuva. No ano passado, a estiagem começou em setembro, com chuvas abaixo dos índices tradicionais e, assim, manteve-se pelos meses de outubro a fevereiro deste ano²⁷.

As chuvas do ano passado, entre março e julho, também auxiliaram as outras culturas e atividades. A pecuária alcançou uma produção mais elevada que a do ano anterior, porque teve a garantia de mais água e melhores pastos para o gado, como também melhores preços para o leite e carne; a produção de alimentos – feijão, milho, mandioca – foi maior em 2020; e a produção de fumo, que foi recorde em 2019, quando obteve a maior safra deste século, com 19,5 mil toneladas da folha, apresentou um bom desempenho este ano, mas sem repetir o ano anterior.

Os próximos meses, segundo as previsões do levantamento mensal do IBGE, serão de uma produção maior que a do ano passado. O mais recente “Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)” (maio/2021), do IBGE²⁸, revela que a agricultura de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo) deverá registrar um crescimento da área plantada em 41% e 27,5% da produção em relação à safra de 2020. Da mesma forma, o Levantamento da Safra de Grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho e soja), realizado pela Conab (maio/2021), prevê um aumento de área plantada (7,9%) assim como da produção de grãos (13,9%)²⁹. No entanto, importa registrar que Alagoas é o Estado nordestino de menor área plantada com esses produtos e a segunda menor produção, superando apenas o Rio Grande do Norte³⁰.

NORDESTE: ÁREA/PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS (2021)

ESTADO	ÁREA	PARTIC.%	PRODUÇÃO	PARTIC.%
BAHIA	3 186 365	4.7	10 474 922	4.0
MARANHÃO	1 655 366	2.4	5 689 275	2.2
PIAUÍ	1 609 636	2.4	5 418 690	2.1
CEARÁ	949 276	1.4	775 886	0.3
PERNAMBUCO	321 262	0.5	186 225	0.1
PARAÍBA	184 465	0.3	146 673	0.1
SERGIPE	174 568	0.3	926 491	0.4
RIO GRANDE DO NORTE	97 420	0.1	49 882	0.0
ALAGOAS	85 821	0.1	126 980	0.0
NORDESTE	8 264 179	12.2	23 795 024	9.1

Fonte: IBGE/LSPA (maio/2021).

A agropecuária de Alagoas, com 844 mil hectares de pastos e 300 mil hectares de cana-de-açúcar, possui uma reduzida área, de 85 mil hectares, plantada com cereais, leguminosas e oleaginosas, representando uma pequena produção em termos regionais, indicando os limites desse modelo de agricultura e, ao mesmo tempo, a possibilidade de crescimento na produção de alimentos.

²⁷ SEMARH (2021).

²⁸ IBGE (2020).

²⁹ CONAB (2021).

³⁰ IBGE (2020c).

Nessa área, o levantamento diário do IDERAL (Instituto do Desenvolvimento Rural e de Abastecimento de Alagoas), no espaço de comercialização atacadista da CEASA, revela uma presença crescente da agricultura de alimentos (cereais, frutas, raízes e hortaliças) produzida em Alagoas. No entanto, essa presença, diminuindo o quadro tradicional de dependência das importações de alimentos, ainda convive com o predomínio da produção importada de outros estados nordestinos, principalmente de Pernambuco, Sergipe e Bahia, responsáveis pela oferta da maioria dos 110 itens levantados, seja como fornecedores absolutos ou dividindo espaço com a produção alagoana³¹.

Esse levantamento do Ideral revela, também, o grande mercado potencial de produtos alimentares que pode ser atendido pela agricultura familiar em Alagoas, ainda deficitária de assistência técnica, apoio financeiro à produção e à comercialização. Recentemente, a Emater-AL publicou um estudo sobre os investimentos da rede de instituições de apoio à agricultura familiar (BNB, Conab, Desenvolve), que disponibilizou, no ano passado, R\$ 130 milhões de reais para 35 mil agricultores familiares no interior de Alagoas. Esses investimentos, ainda que limitados, estimulam a produção agrícola de alimentos, presente nas redes de comercialização que abastecem os 3,3 milhões de alagoanos³².

INDÚSTRIA. Nestes cinco primeiros meses, o setor industrial, em todo o Nordeste, enfrenta uma série de dificuldades causando menos otimismo diante dos efeitos da pandemia. Para o Boletim “Informe Macroeconômico” do BNB (n.7/maio), a atividade industrial dos estados nordestinos vem, desde o ano passado “sendo pressionada por altos custos de produção provocados por matérias primas dolarizadas, pela falta de insumos no mercado, pela demanda retraída, abalando a confiança do empresário e a retomada da economia”³³.

No plano estadual, o Boletim Econômico da Sefaz/AL para o acompanhamento mensal das atividades econômicas no período da pandemia, nas cinco edições recentes (janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2021), registra, na área industrial de Alagoas, resultados positivos setoriais concentrados na indústria alimentar (moagem e fabricação de alimentos), produção de açúcar (nos meses finais da safra) e produtos químicos, decorrente da retomada das atividades na fábrica da Braskem no Pontal da Barra, em fevereiro, influenciando o conjunto das empresas da cadeia químico-plástico³⁴.

A retomada das atividades da fábrica da Braskem foi uma das notícias mais aguardadas para o setor industrial alagoano neste começo de ano. Para reabrir a unidade paralisada desde maio de 2019, a companhia investiu R\$ 60 milhões em adequação tecnológica e de infraestrutura, tanto na fábrica quanto em logística portuária e rodoviária. No novo processo de produção, a matéria-prima – o sal importado do Chile – chega pelo Porto de Maceió, onde é armazenado, e então transportado em caminhões para a unidade do Pontal da Barra. Na indústria, o sal é dissolvido em tanques para obtenção de salmoura, que entrará na produção de PVC e soda cáustica.

Essa operação faz parte da estratégia da empresa que está à venda. A Odebrecht (agora chamada de Novonor) tem até o fim do ano para se desfazer do ativo, de acordo com seu plano de recuperação judicial. Ela divide o controle da

³¹ IDERAL (2021).

³² EMATER-AL (2021).

³³ BNB (maio/2021).

³⁴ SEFAZ/AL (2021).

Braskem com a Petrobras, com 38,3% do capital total e a Petrobras 36,1%, o que corresponde 50,1% do capital votante para Odebrecht e 47% para a Petrobras.

A venda da petroquímica chegou a ser negociada, há dois anos, mas não foi para frente. Em 2020, com o desastre geológico em Maceió, com o impasse entre a empresa e o Governo mexicano, assim como o atraso no acordo de leniência com *Securities and Exchange Commission* (SEC, órgão que regula o mercado de capitais nos EUA), o processo de venda foi paralisado e a empresa resolveu esperar um melhor momento para reiniciar as negociações. Com esses assuntos pendentes caminhando para sua regularização, as ações da Braskem foram subindo e, com o dólar valorizado em relação ao real, deixando a empresa barata para investidores estrangeiros, o momento ficou propício para o retorno das negociações³⁵.

A petroquímica apresenta expectativas de melhora operacional, ampliada com a perspectiva de que aconteça a venda da fatia da ex-Odebrecht. Por essas razões, a Novonor retomou, através do banco Morgan Stanley, responsável financeiro para essas negociações, as conversações com vários pretendentes, entre eles o fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, Mubadala, que já comprou a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, assim como a empresa holandesa LyondellBasell³⁶. A petroquímica Braskem tem 40 fábricas no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha, e seu valor de mercado é de U\$7 bilhões, aproximadamente R\$35 bilhões. Com essa possibilidade de venda, a ação da Braskem (BRKM5), com ganhos acumulados superiores a 120%, é a campeã do Ibovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) no começo de 2021, após passar por uma série de reveses ano passado³⁷.

Retração na participação. Nos últimos dez anos (2007/2008-2017/2018), a região Nordeste aumentou sua participação na produção industrial nacional em mais 2,06%, com o crescimento na Indústria de Transformação (2,84%), Construção (0,24%) e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública/SIUP (4,5%), perdendo espaço na Indústria Extrativa (-6,52%), afetada pela queda na produção, no valor do petróleo e na retração de investimentos nesse segmento presente em alguns estados nordestinos (BA, SE, RN e AL).

NORDESTE: PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA (2018)

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO BRASIL %	VARIAÇÃO % 2008/2018	RANKING BRASIL
BAHIA	4,26	0,68	7º
PERNAMBUCO	2,59	0,98	10º
CEARÁ	1,87	0,37	13º
MARANHÃO	1,18	0,36	16º
R. G. NORTE	0,88	-0,16	17º
PARAÍBA	0,69	0,12	19º
SERGIPE	0,57	-0,27	21º
ALAGOAS	0,47	-0,14	22º
PIAUI	0,42	0,18	23º
NORDESTE	12,93	2,06	--

Fonte: CNI (2021).

³⁵ VEJA (26/03/2021).

³⁶ UOL (08/04/2021).

³⁷ Infomoney (20/04/2021).

Neste mesmo período, Alagoas perdeu espaços na indústria brasileira e recuou -0,14%, caindo da 20ª posição, em 2008, para 22ª, em 2018, no ranking nacional. Essa queda reflete os recuos nos quatro segmentos industriais: Extrativa (-0,74%), Transformação (-0,13%), Construção (-0,01%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-0,01%)³⁸. Nestes dez anos, Alagoas perdeu várias unidades da indústria sucroalcooleira e sua única indústria têxtil (Fábrica da Pedra), sem que a entrada da nova planta da Braskem, em 2012, e de algumas pequenas empresas do setor industrial compensassem essa produção.

CONSTRUÇÃO CIVIL. A indústria da construção civil, tanto a leve, responsável pela produção de imóveis – casas, edifícios, etc. – de médio e alto padrão, que trabalha ao lado do setor comercial imobiliário, assim como a construção civil pesada, voltada para obras de infraestrutura, tem atravessado conjunturas que oscilam entre períodos longos e favoráveis às suas atividades (2004-2014) e anos acumulados de dificuldades (de 2015 a 2019), quando o setor enfrentou um período com dois anos de recessão seguidos de mais três anos de crescimento baixo.

Neste período recente, a indústria da construção foi penalizada tanto pelo crédito mais difícil como pela redução das compras da classe média, que perdeu renda nestes anos. Por outro lado, no mesmo período, foram reduzidos os financiamentos para a construção de habitações populares, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, diminuindo, também, o ritmo das obras públicas de infraestrutura espalhadas pelos municípios.

No entanto, a partir do último trimestre de 2019, o setor começou a apresentar um processo de leve recuperação, principalmente na área de reformas, consertos e ampliação de imóveis, impulsionado pela autoconstrução, e levantamento de novos empreendimentos. Com a epidemia, em março do ano passado, essa recuperação foi interrompida pela queda na demanda, aumento na inadimplência de clientes, dificuldades de acesso a recursos para capital de giro e financiamento de longo prazo. Mesmo com suas atividades liberadas para o funcionamento pleno, por ser considerada uma atividade essencial, o setor entrou em crise nos meses de isolamento social mais intenso, segundo o Boletim *Sondagem da construção em Alagoas*, de julho³⁹, passando a trabalhar num ritmo mais lento devido ao retraimento dos consumidores de classe média e à paralisia das obras públicas.

A conjuntura mudou, outra vez, em agosto do ano passado, coincidindo com o processo de reabertura da economia, quando foram anunciadas, pelo governo federal, algumas medidas de incentivos para o setor, como o aumento na oferta de crédito com juros menores e o relançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, rebatizado como Casa Verde e Amarela. Nesta nova conjuntura, o setor começou a dar sinais de recuperação, voltados para atender à demanda represada, apresentando vendas melhores e programando lançamentos para os meses de final de ano⁴⁰.

Para a indústria da construção nordestina (Alagoas incluída), o anúncio do programa Casa Verde e Amarela, com a oferta simultânea de financiamento com juros mais baixos para o Nordeste, ampliou as expectativas do setor em relação ao sistema financeiro federal, de onde vem tradicionalmente meios financeiros para viabilizar suas novas obras ou ampliar seus empréstimos para aquisição de imóveis.

³⁸ CNI (2021).

³⁹ FIEA (2020).

⁴⁰ FIEA (2020b).

Essa retomada durou até o mês de novembro, quando o aumento nos custos dos materiais de construção passou a penalizar a indústria de forma significativa. O problema do aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, processo que permaneceu por todo o segundo semestre de 2020, tem pesado nos custos da indústria. O Índice Nacional da Construção Civil, do Ibge, subiu 1,8% em maio deste ano, ante 2,16% em abril, 1,42% em março e 1,46% em fevereiro e 3,21% no mês anterior. Com esse resultado, o índice acumula alta de 10,45% no ano e de 20,82% em 12 meses⁴¹. Parte desse aumento provém da desvalorização do real frente ao dólar, encarecendo os insumos importados, como metais e resinas usados na produção de materiais. Por outro lado, a indústria fornecedora de insumos teve a produção paralisada pela pandemia, o que gerou gargalos para o abastecimento. Sem solução prevista no curto prazo, a indústria da construção amarga, desde o mês de dezembro, uma desaceleração, com queda no índice de atividade e no número de empregados.

No final de abril, o setor foi surpreendido pelo corte de R\$2 bilhões, no Orçamento Federal, nos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que banca as obras da faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida, voltada às famílias de baixa renda. No plano nacional, isso significa a paralisia na construção de 250 mil imóveis que já estavam em andamento; em Alagoas são 5 mil unidades. Uma decisão que impacta negativamente as empresas que estavam tocando essas obras e provoca o desemprego de centenas de trabalhadores envolvidos nessas obras. Desde então, o Sindicato da Indústria da Construção Sinduscon (Sinduscon/AL) e a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi/AL) estão se mobilizando para pressionar o Congresso a derrubar o corte e reaver essa fonte de financiamento⁴².

Nos primeiros meses deste ano, a indústria da construção civil atravessa um período de desaceleração que coincide com a “segunda onda” da Covid-19. O Boletim “Sondagem Indústria da Construção” (março), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), registra o cenário de incerteza, impactando negativamente as expectativas do setor. Depois do registro de contração nos níveis de atividade e no número de empregados, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, o ambiente nacional é de cautela e preocupação. Preocupação com o desabastecimento e preço dos insumos, com a evolução da pandemia no primeiro semestre e com as medidas de restrição à circulação⁴³. Neste período, a falta ou o alto custo da matéria-prima avançou e se tornou o principal entrave para o setor, acompanhado da elevada carga tributária e demanda interna insuficiente. Tal como no âmbito nacional, o “Boletim Sondagem da Indústria Construção de Alagoas”, do primeiro trimestre de 2021, registra esse item como sendo o principal problema apontado por 75% dos empresários alagoanos do setor⁴⁴.

No entanto, na área da construção, desde o ano passado, ocorre um fenômeno do crescimento no segmento popular da autoconstrução, responsável pela edificação da maioria dos imóveis alagoanos, e nas atividades de reformas de residência. Um fenômeno explicado pela combinação de vários fatores: a) a renda das pessoas mais pobres aumentou, temporariamente, em decorrência do auxílio emergencial e outras fontes, permitindo, inclusive a formação de poupança; b) a

⁴¹IBGE (2021).

⁴² Gazeta (24/04/2021).

⁴³ CNI (2021).

⁴⁴ FIEA (2021).

necessidade de consertos, reparos e ampliações nas residências existia na maior parte dos imóveis; c) mesmo nos meses de isolamento social, o comércio de varejo de material de construção ficou liberado por ser considerado um segmento essencial; d) o tempo da pandemia, do isolamento, favoreceu a execução de atividades domésticas; e) a mão de obra e as pequenas empresas deste segmento estavam, em parte, disponíveis.

O resultado dessa combinação foi um movimento amplo de consumo de material de construção, detectado pela Secretaria da Fazenda logo no mês de maio do ano passado, quando o varejo apresentou um crescimento de 11% e o atacado 20%. Esses dados foram ampliados desde o mês de junho, quando esse segmento cresceu tanto no setor de atacado como no varejo, resultando num movimento extraordinário de obras nos bairros populares e cidades do interior, contribuindo, parcialmente, para o aumento de preços e mesmo para a falta de material como cimento, madeira, tijolo, tinta, etc.

Mesmo nos meses iniciais deste ano, sem o Auxílio Emergencial e outros mecanismos de auxílio à economia, mas contando com a renda regular, mais a “poupança prudencial” construída no ano passado, a comercialização de material de construção obteve outro excelente resultado, com uma ampliação nas vendas marcadas por taxas não alcançadas por nenhum outro segmento comercial, como revela o Boletim Econômico da Secretaria Estadual da Fazenda⁴⁵.

ALAGOAS: CRESCIMENTO DAS VENDAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (2020/2021) (%)

SETOR	2020						2021					
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
ATACADO	20%	57%	48%	43%	39%	-	49%	-	19%	10%	60%	115%
VAREJO	11%	-	81%	50%	44%	36%	9%	-	-	35%	67%	-

Fonte: Sefaz (2021).

O TURISMO. O turismo alagoano continua refletindo o longo período de retração, desde o ano passado, quando a pandemia e o isolamento social impactaram negativamente na atividade turística nordestina como um todo, atingindo o setor estadual, principalmente nos meses de abril a setembro. Em 2020, o movimento aéreo, um importante indicativo desse setor, caiu em -46% no segmento do mercado nacional e -67% no segmento internacional.

NORDESTE: MOVIMENTO AÉREO (2019/2020)

ESTADOS / REGIÃO	Doméstico			Internacional		
	2019	2020	%	2019	2020	%
BAHIA	9.716.915	4.912.449	-49,5▼	464.717	132.132	-71,6▼
PERNAMBUCO	8.743.912	4.858.626	-44,5▼	529.702	125.766	-76,2▼
CEARÁ	7.117.079	3.264.227	-54,1▼	546.884	131.193	-76,1▼
RIO GR. NORTE	2.230.729	1.140.406	-48,9▼	86.954	26.807	-69,2▼
ALAGOAS	2.083.297	1.125.134	-46,0▼	13.387	4.326	-67,3▼
MARANHÃO	1.922.433	946.533	-50,8▼	----	53	----
PARAÍBA	1.456.026	819.492	-43,8▼	1.545	383	-72,6▼
PIAUÍ	1.161.493	589.730	-49,2▼	----	----	----
SERGIPE	1.111.097	598.923	-46,1▼	----	----	----
NORDESTE	35.542.981	18.255.520	-48,7▼	1.643.189	420.660	-74,4▼

Fonte: ANAC (2021).

⁴⁵ SEFAZ (2021).

Nos meses do final do ano passado, coincidindo com o verão, houve uma reativação dos voos diários que chegavam ao Aeroporto Zumbi dos Palmares e garantiam o público do Sul e Sudeste, regiões responsáveis por 80% da demanda nordestina. Essa retomada se manteve com notícias que apontavam para um maior movimento de passageiros e de ocupação hoteleira. No entanto, a segunda onda e o agravamento dos efeitos da Covid-19 fizeram o setor voltar ao seu período anterior de incertezas. A queda no movimento de passageiros nos quatro primeiros meses deste ano (212,5 mil, em janeiro; 136,4 mil em fevereiro; 118,4 mil em março e 65,2 mil em abril) fez retroceder o movimento turístico para os níveis do ano passado⁴⁶.

Apesar da crise dos meses mais fortes da pandemia no ano passado e do fechamento que corresponde à segunda onda, o turismo alagoano continua com a maioria de suas estruturas preparadas para uma retomada pós-pandemia. O moderno setor de turismo alagoano deixou de ser caracterizado como um setor “potencial” e de “futuro”, como era nos anos 1980-1990, ao dar um salto extraordinário de crescimento nas duas primeiras décadas deste século, quase duplicando a rede hoteleira para atender ao fluxo crescente de visitantes, que cresceu em mais um milhão de passageiros no Aeroporto Zumbi dos Palmares, combinando a ampliação da rede tradicional de hotéis, alguns deles pertencentes a cadeias nacionais, com o crescimento do número de pequenas unidades, como as pousadas de charme, típicas da região litorânea.

ALAGOAS: REDE HOTELEIRA (2008-2019)

ANO	MEIOS DE HOSPEDAGEM	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
2008	107	5.415	13.849
2013	210	8.640	20.955
2019	428	14.356	35.785

Fonte: Embratur (2021).

Nesse crescimento, o setor se firmou como responsável por, aproximadamente, 10% do PIB estadual. Os investimentos realizados em anos anteriores amadureceram e a oferta hoteleira foi ampliada, duplicando, mas a crise dos anos 2015-2016, com mais três anos de crescimento lento (2017-2019) e um ano de recessão (2020), inibiram a resposta da demanda, que não teve o mesmo ritmo dos anos anteriores, e o setor ficou estacionado.

Nestes últimos seis anos, o setor teve crescimento lento, sem conseguir se aproximar do desempenho médio de outros estados maiores (BA, CE e PE), assistindo o crescimento das demais unidades da região (PB, SE, RN) com as quais disputa o mercado nacional, na oferta do mesmo produto (praia, sol, etc.) e mesmo com outras unidades de menor tradição na área de turismo (PI e MA). O problema, no curto prazo, amplia-se com a previsão da concorrência agressiva dos outros estados e regiões, no período pós-pandemia, podendo influenciar a recuperação desse segmento.

Na cadeia do turismo, o impacto da “segunda onda” aumenta seus efeitos por ser coincidente com o período chuvoso. A demanda turística está, também, afetada pela esperada queda de procura por viagens de lazer ou de trabalho. A redução da demanda também está relacionada à crise de renda nas famílias de classe

⁴⁶ Gazeta de Alagoas (20/04/2021).

média, provocando os cortes diretos nas despesas, como viagens e lazer, e ao continuado medo da pandemia.

A permanência da pandemia, com o noticiário diário sobre infectados e mortos, e a campanha ainda lenta de imunização, mantêm um relativo distanciamento de setores consumidores, principalmente dos estados emissores, do Sudeste e Sul, que seguem observando o ambiente para viagens. No plano doméstico, o segmento de bares e restaurantes, assim como parte dos hotéis e pousadas, permanecem com uma parte de suas empresas fechada ou funcionando parcialmente. Segundo dados de um levantamento recente da Associação de Bares e Restaurantes de Alagoas (Abrasel), 86% das empresas do segmento estão endividadas e 40% dos empregos foram perdidos⁴⁷.

No entanto, o setor continua apresentando algumas vantagens competitivas: o destino turístico Alagoas é muito conhecido e consolidado; a sua infraestrutura (hotéis, restaurantes, transportadoras, agências de viagem) de relativa qualidade garante a retomada em bases sólidas; e o mercado regional representa 20% da demanda turística, facilitando sua mobilização e ampliação. São essas vantagens competitivas que atraem, mesmo no período da pandemia, investimentos em novos hotéis, a exemplo do resort Vila Galé, em Barra de Santo Antônio; Quality Resort Dunas de Marapé, na praia de Jequiá, novas unidades das redes Ibis, Tropicalis, em Maceió, e do Hotel Brisa, em Maragogi⁴⁸.

AS MPE's E OS MEI'S. Nos setores de comércio e serviços, ainda que tenhamos as presenças das redes nacionais e dos *shoppings centers*; e na área industrial, de algumas grandes empresas, a maioria esmagadora das unidades formadoras deste tecido empresarial é, predominantemente, composta pelas micro e pequenas empresas (MPE's) e, principalmente, as microempresas individuais (MEI's) representando 70% dos negócios existentes no Estado. No relatório recente da Receita Federal (junho) sobre as empresas enquadradas no Simples, existem 167.560 empreendimentos em Alagoas, sendo 120.094 MEI's, que servem de alternativa ao desemprego, pelo viés do "empreendedorismo por necessidade", e 47.456 MPE's, empreendimentos diversos com estruturas de maior porte.

ALAGOAS: CRIAÇÃO DE MPE'S E MEI'S (jan.-mai./2021)

MÊS	ESTOQUE			NOVAS (SIMPLES NACIONAL)		
	MPE's	MEI	TOTAL	MPE's	MEI	TOTAL
DEZ/2020	44.672	109.589	154.261	610	1.530	2.140
JAN/2021	45.375	111.642	157.017	703	2.053	2.756
FEV	46.317	113.250	159.567	942	1.608	2.550
MAR	46.833	115.437	162.270	516	2.187	2.703
ABR	47.116	117.755	164.871	283	2.318	2.601
MAI	47.456	120.094	167.560	340	2.339	2.679
TOTAL (jan./mai.)	47.456	120.094	167.560	2.784	10.455	13.239

Fonte: Receita Federal (2021).

Nessa crise provocada pela epidemia, esses dois grupos – MPE's e MEI's – sofrem por suas dificuldades estruturais: volume pequeno de venda, baixa incorporação de tecnologia, pouca reserva de capital, difícil acesso a banco ou outra

⁴⁷ ABRASEL (13/04/2021).

⁴⁸ CBNRecife (2021).

instituição financeira e às tradicionais dificuldades de gestão; posto que, em geral, quem presta o serviço costuma ser também quem lida com fornecedores, faz compras, pagamentos e fecha as contas do mês.

Esse conjunto de pequenos negócios trabalha, tradicionalmente, sob uma pressão intensa da concorrência próxima, na mesma rua ou parte do bairro, onde está sua clientela. Além dos limites estruturais, apresentam dificuldades conjunturais, na medida em que seu público consumidor, sua clientela, é formada, basicamente, pelos segmentos C, D e E de consumo, de renda menor, para os quais o impacto negativo de uma crise é imediatamente sentido quando acontece o aumento do desemprego ou queda da renda média das famílias desses segmentos, a exemplo dos anos 2015-2020.

Desde maio do ano passado, o Sebrae Nacional realiza a pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios”, um acompanhamento do desempenho das MPE’s e MEI’s, que está na 10ª edição. Na série de levantamentos, podemos verificar como esse conjunto de micro, pequenas empresas e de microempreendedores vem atravessando a conjuntura desde o começo da pandemia. Nesta edição mais nova, do começo de março, fica registrado que mais empresas estão em dificuldades, por uma série de razões: redução no faturamento anual, aumento das demissões e elevação do nível de inadimplência. Diante de tudo isso, para quase todos os segmentos, em relação à pesquisa anterior, piorou a expectativa de crescimento, prevendo uma recuperação somente em 2022⁴⁹.

A própria pesquisa do Sebrae, pelas respostas dos micro empresários, aponta como saída para a difícil conjuntura: pagamento do Auxílio Emergencial, a volta do Pronampe e o PMER. O Auxílio Emergencial porque cria renda imediata para a população; o Programa de Manutenção do Emprego e Renda, pela garantia de renda e posto que pode dar a milhares de trabalhadores ao longo da pandemia; o Pronampe, pelo crédito massivo às micro e pequenas empresas, que, no passado, disponibilizou 38 bilhões de reais em 520 mil empréstimos, sendo 83% para as MPE’s⁵⁰.

ENERGIA E COMBUSTÍVEL. O consumo mensal de combustível e de energia elétrica é um dos indicadores importantes na atividade econômica. No ano passado, a comercialização de combustível (etanol, gasolina e diesel), mesmo pertencendo a um setor essencial e mantendo seus postos abertos, teve quedas expressivas de venda entre março a agosto, refletindo a quebra parcial do movimento comercial e de serviços (transporte), apresentando uma ligeira recuperação nos meses de setembro a dezembro. No entanto, essa elevação não compensou as perdas iniciais, resultando em números negativos nestes três segmentos dos combustíveis.

ALAGOAS: CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (jan.-abr. - 2020/2021) (m³)

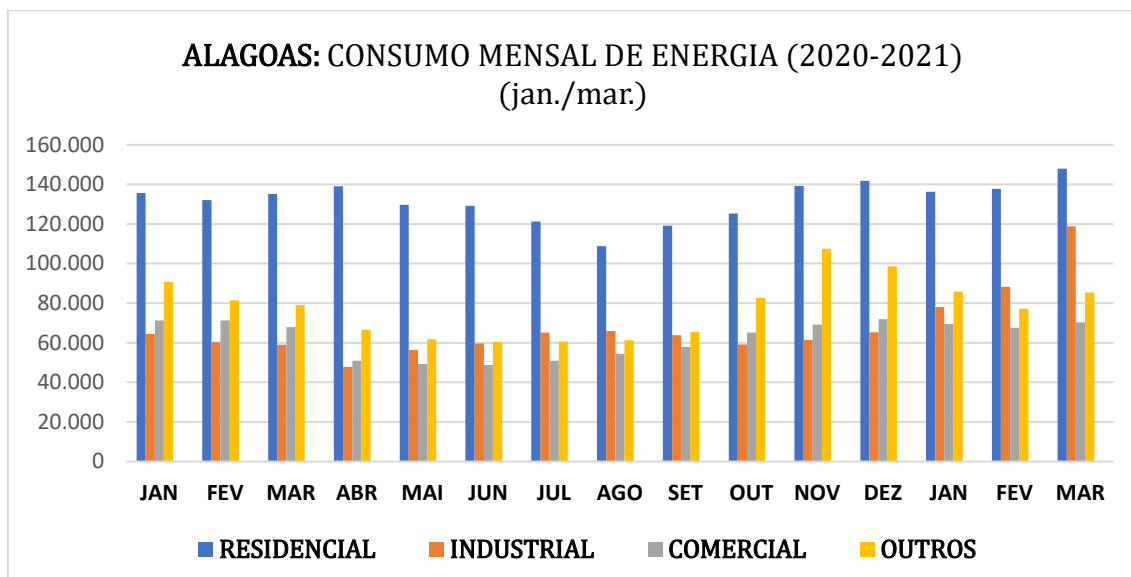
MÊS	ETANOL (m ³)		GASOLINA (m ³)		DIESEL (m ³)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
JANEIRO	8.744	7.484	37.939	37.521	33.740	33.374
FEVEREIRO	6.712	8.409	36.025	31.718	28.365	28.895
MARÇO	4.804	8.559	31.593	33.135	25.275	30.743
ABRIL	2.707	7.681	29.458	31.717	20.091	25.521
SUB-TOTAL	22.967	32.133	135.015	134.091	107.471	118.533

Fonte: ANP (2021).

⁴⁹ SEBRAE (2021).

⁵⁰ Ministério da Economia (2021).

No ano passado, comparado com 2019, o setor acumulou, em Alagoas, vendas menores de etanol (-11,8%), diesel (-4,2%) e gasolina (-3%). Nos quatro primeiros meses de 2021, houve uma retomada no consumo de diesel e de etanol, com números melhores que no período da pré-pandemia; persistindo, no entanto, um consumo menor de gasolina.



Fonte: EPE (2021).

Por sua vez, a queda no consumo de energia elétrica em Alagoas, nos meses mais duros da pandemia, entre abril e agosto, espelhou as dificuldades desse período, quando o distanciamento social permaneceu com forte influência na redução do consumo, principalmente residencial, industrial e comercial, fazendo o mercado alagoano acompanhar a média nordestina.

ALAGOAS: CONSUMO MENSAL DE ENERGIA POR SETOR (2020-2021- jan/mar.)

MÊS	RESIDENCIAL	OUTROS	COMERCIAL	INDUSTRIAL	TOTAL
JAN/2020	135.628	90.706	71.365	64.482	362.181
FEV	132.055	81.456	71.305	60.337	345.153
MAR	135.187	79.026	67.917	58.930	341.061
ABR	139.036	66.554	50.846	47.802	304.238
MAI	129.694	61.682	49.233	56.344	296.953
JUN	129.212	60.517	48.868	59.614	298.211
JUL	121.338	60.678	50.907	65.088	281.011
AGO	108.889	61.317	54.505	65.887	290.598
SET	119.192	65.446	57.913	63.852	306.403
OUT	125.284	82.585	65.170	59.227	332.260
NOV	139.141	107.598	69.166	61.472	377.377
DEZ	141.793	98.601	71.920	65.354	377.668
TOTAL/2020	1.556.499	916.166	729.115	728.383	3.930.114
JAN/2021	136.353	85.800	69.520	78.161	369.834
FEV	137.781	77.096	67.503	88.202	370.582
MAR	148.008	85.328	70.247	118.791	422.374

Fonte: EPE (2021).

Em relação ao consumo total de energia, houve uma redução de -4,8% no ano passado (3.930.114 MWh), comparado com o ano de 2019 (4.128.326 MWh). Em 2020, todos os segmentos refletiram os meses mais duros de fechamento de algumas atividades econômicas, com restrição de movimento determinada pelo isolamento social.

O consumo geral de energia voltou a crescer a partir de setembro. A diferença de desempenho setorial pode ser vista no quadro anterior, está no período de retomada do consumo, coincidindo ou não com o processo de reabertura, a partir de julho. O comércio/serviços retomou o consumo mais rápido (julho) para estabilizar a partir de dezembro; o setor público no mês de agosto, o residencial em setembro, e o industrial oscilou seu consumo nos meses de reabertura para consolidar o crescimento em 2021, coincidindo com o maior movimento da cadeia químico-plástico após a reativação da Braskem em fevereiro.

Da mesma forma, em relação aos indicadores de 2020, o número de consumidores alagoanos no começo de 2021 sofreu uma redução nos segmentos industrial, comercial e “outros” (agricultura e serviço público, principalmente o municipalizado), apresentando um leve aumento no consumo “residencial”, influenciado pelo “isolamento social” e pelo trabalho em casa (*home-office*).

ALAGOAS: CONSUMIDORES (2006/2021- mar.)

SEGMENTO	2006	2010	2015	2020	2021
RESIDENCIAL	668.139	806.313	961.346	1.049.793	1.061.536
INDUSTRIAL	2.721	2.646	2.510	2.088	1.994
COMERCIAL	45.606	50.342	60.405	66.107	66.065
OUTROS	18.014	19.753	23.267	44.141	43.860
TOTAL	734.776	878.524	1.046.528	1.162.129	1.173.455

Fonte: EPE (2021).

Segundo o boletim *Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica* (Nº 164, maio, 2021), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o primeiro quadrimestre de 2021 sinaliza um processo de recuperação no consumo regional nordestino (+6,1%), com números positivos nas classes: industrial (+11,1%), residencial (+5,4%) e outros (+7,2%), mas ainda com número negativo no setor mais afetado pela pandemia, o comercial (-0,9%). Esses números indicadores refletem, aproximadamente, a cada ano, o desempenho do consumo alagoano⁵¹.

COMÉRCIO INTERESTADUAL E EXTERNO. Uma das características da economia alagoana é a sua relação desfavorável na balança comercial interestadual, representada pelo volume maior de compras do que vendas. No balanço mensal do Confaz, baseado nas notas fiscais de compras e vendas de bens e serviços entre os estados, Alagoas e as demais unidades nordestinas, mantêm um constante déficit comercial em relação aos estados industrializados do Sudeste/Sul, com os quais mantêm fortes relações comerciais. Esses estados mais ricos são detentores de uma reconhecida base econômica nas áreas industrial e agrícola, assim como nos modernos setores de comércio e serviços. Mas, além disso, Alagoas possui um déficit comercial crônico em relação a Pernambuco, Bahia e Paraíba, estados nordestinos vizinhos com os quais acumulou quase 60% do seu déficit comercial total de R\$12,2 bilhões, em 2019, fenômeno que se repetiu em 2020, com um déficit total de R\$13,7

⁵¹ EPE (2020).

bilhões⁵². Dando continuidade a esse processo crônico, no primeiro mês de 2021, Alagoas já apresenta um déficit de R\$1 bilhão com os estados próximos, demonstrando uma necessidade de maior atenção para este problema econômico.

ALAGOAS: COMÉRCIO INTERESTADUAL (2017-2020) (R\$ milhões)

ESTADO	2017	2018	2019	2020
PERNAMBUCO	-4.459	-5.435	-5.813	-6.307
BAHIA	-768	-418	-916	-1.264
PARAÍBA	-97	-151	-276	-555
SERGIPE	120	233	330	84
OUTROS ESTADOS	-3.605	-4.079	-4.979	-5.731
TOTAL	-8.809	-10.750	-12.232	-13.773

Fonte: Confaz (2021),

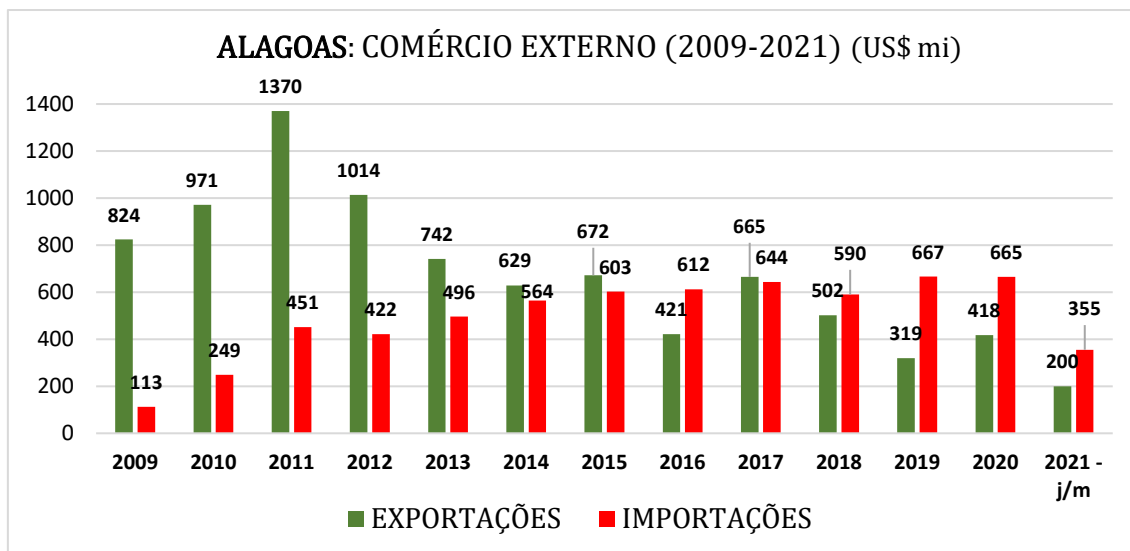
A pequena estrutura produtiva voltada para atender o mercado alagoano, principalmente, no setor industrial e na agricultura de alimentos, além da limitada competitividade do setor de comércio e serviços, penalizam a economia estadual na relação com seus vizinhos nordestinos, portadores de redes de produção e comercialização presentes num raio de, no máximo, 500km distante de Maceió. Comparativamente aos estados ricos do Sudeste/Sul, essas unidades nordestinas próximas têm uma estrutura industrial e agrícola (e agroindustrial) menos desenvolvidas e, portanto, praticam um comércio inter-regional baseado num grande percentual de produtos agrícolas e de setores industriais tradicionais (alimentos, têxteis, movelaria, cerâmica, material de limpeza).

Com uma política de apoio a produção de bens populares, parte dessas mercadorias poderia sofrer a pressão competitiva de uma produção local, sobretudo, vinculada à agricultura de alimentos, agroindústria e indústria de bens de consumo não duráveis e semiduráveis, que o mercado alagoano importa massivamente. Estes dois casos de dependência e comércio desfavorável revelam a necessidade de fortalecer as cadeias produtivas locais e seus canais de comercialização, voltados para o mercado estadual.

No âmbito do comércio exterior, responsável pelas vendas no mercado internacional, Alagoas passou a apresentar déficits na balança comercial desde 2016. As vendas externas, historicamente concentradas no seu principal produto agroindustrial (açúcar), vêm retrocedendo regularmente e, de um saldo superavitário de US\$919 milhões, em 2011, apresentou um déficit de 247 milhões de dólares no ano passado.

A queda na produção local do açúcar, a saída da Braskem da pauta exportadora e a ausência de diversificação produtiva com capacidade exportadora explicam a retração nesse desempenho. Nos cinco primeiros meses deste ano, mesmo sendo um período expressivo nas vendas externas de açúcar, que representam 95% do total das exportações, a balança comercial acumula um déficit de US\$155 milhões. Por outro lado, ocorreu um aumento das importações de bens intermediários e bens de consumo final, com compras externas oriundas, principalmente, da República Popular da China (40%) e dos Estados Unidos (23%), sinalizando mais um ano negativo para o comércio externo de Alagoas.

⁵² CONFAZ (2020).



Fonte: MDIC (2021),

AS FINANÇAS PÚBLICAS. Nestes anos recentes, a melhoria nas finanças públicas de Alagoas tem permitido ao governo estadual cumprir suas tarefas financeiras básicas, como o pagamento em dia da folha de pessoal e o custeio da máquina pública, e, ao mesmo tempo, ampliar sua presença com investimentos na área de infraestrutura, realizando, também, ações nas áreas social e administrativa. Numa conjuntura marcada pela retração nas obras de infraestrutura financiadas pelo Governo Federal e pela pouca capacidade financeira das prefeituras, a intervenção do Estado de Alagoas tem se destacado pelo volume crescente de recursos em investimentos, conseguindo influenciar a dinâmica da economia alagoana.

A abertura e a duplicação de estradas; um aeroporto em Maragogi; obras de saneamento nos municípios do Litoral Norte e o programa “Minha Cidade Linda”, um conjunto de pequenas obras de requalificação urbana nos municípios, sinalizam o aumento dos investimentos na infraestrutura. A construção de novos hospitais, UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e escolas refletem a ampliação das redes de saúde e de educação públicas, que vão se somando aos programas com impacto no futuro, como o Criança Alagoana (CRIA), um complemento de renda que chega a 65 mil famílias pobres com filhos menores, e o Vida Nova nas Grotas, que já fez intervenção em 70 das 100 Grotas de Maceió. No plano administrativo, a abertura de concurso para a contratação de milhares de novos funcionários e uma reposição salarial em plena pandemia sinalizam, também, essa nova condição financeira do Estado.

A reestruturação da dívida. A previsão de investimentos de R\$5 bilhões de reais para o biênio 2021-2022⁵³, reflete uma confortável situação das finanças do Estado de Alagoas. Essa melhoria fiscal é fruto de um processo histórico em curso desde 2012, e sua explicação se deve, centralmente, ao processo de reestruturação da dívida estadual decorrente de medidas definidas no âmbito de estruturas federais, reduzindo os gastos com a dívida contraída com a União, abrindo possibilidades para novos empréstimos destinados a investimentos. Essa nova condição se soma à boa gestão do Tesouro Estadual, controlando gastos e

⁵³ Agencia Alagoas (22/01/2021)

umentando a arrecadação, e a entrada dos recursos extraordinários no orçamento de Alagoas nestes dois últimos anos.

A dívida alagoana, o maior problema financeiro da gestão pública nas últimas três décadas, passou por um processo de reestruturação, entre 2012 e 2016, capaz de modificar radicalmente as condições de pagamento acordadas com a União em junho de 1998, quando Alagoas refinanciou sua dívida, repassando-a para o Tesouro Nacional⁵⁴. Considerada como “impagável” por três ex-governadores (Ronaldo Lessa, Abílio de Souza Neto e Teotônio Vilela), na medida em que o débito crescia de volume enquanto o Estado de Alagoas cumpria regularmente as cláusulas contratuais, o pagamento a dívida estadual sofreu uma inflexão na sua trajetória ascendente em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reduziu a taxa de juros e o valor da parcela mensal, trazendo uma economia de R\$ 610 milhões para o Tesouro Estadual, entre 2012 e 2016.

Dois anos depois, a reestruturação avançou, em 2014, quando o Senado aprovou a mudança do antigo indexador (IGP-DI) pelo IPCA, reduzindo, também, a taxa de juros sobre o saldo devedor limitados a 4% ao ano, tendo todos os seus contratos de dívida com a União recalculados, desde 1998, pela taxa básica de juros do Banco Central, baixando em R\$2 bilhões o seu saldo devedor, favorecendo os interesses estaduais. Essa decisão foi ampliada, em 2016, por uma nova lei complementar e mais dois decretos, permitindo o alongamento da dívida dos estados com a União por mais vinte anos, significando uma economia de muitos milhões de reais em pagamentos do serviço da dívida desde 2016.

Essas negociações, no âmbito federal, abriram um novo ciclo nas finanças estaduais, e, desde então a carga excessiva de pagamentos, que, em 2012, chegou a 15,19% da receita corrente líquida, foi caindo regulamente para níveis mais aceitáveis e, em 2020, o pagamento dos serviços da dívida (juros mais o pagamento das parcelas mensais da amortização) representou apenas 3,24% da receita corrente do Estado. No período de uma década, a questão da dívida estadual passou por um processo de reestruturação e, principalmente, a partir de 2016, perdeu a importância anterior.

Nos anos 2010-2020, as mudanças nos pagamentos da dívida estadual e as melhorias nos indicadores fiscais permitiram um aumento tanto na capacidade do Estado de fazer operações de crédito como em realizar crescentes investimentos. Esses investimentos tiveram números crescentes na primeira parte da década, alcançando um valor extraordinário em 2014 (R\$1,2 bilhão) como resultado da aplicação dos recursos de empréstimos internacionais (BID, BIRD) e nacionais (CEF e BNDES). Em 2015, houve uma queda nos investimentos, retomando a trajetória ascendente no ano seguinte, tendo alcançado, em 2020, um valor 130% maior que em 2015, apesar do período de recessão (2015-2016), de crescimento baixo (2017-2019) e de pandemia (2020).

A mudança da trajetória da dívida e a garantia da União permitiram ao Estado de Alagoas tomar mais empréstimos, tanto em instituições internacionais como em bancos brasileiros. No final de 2020, a dívida estadual refletia a nova condição financeira do Estado e o acesso a novas fontes de financiamento. Dos R\$9,6 bilhões da

⁵⁴ O ensaio do matemático e especialista em finanças públicas Marcos Gomes Rangel “A História recente do endividamento de Alagoas” (SEFAZ, 2020), descreve o processo da dívida estadual, desde sua construção às mudanças nos anos recentes. Este ensaio recebeu o Prêmio de Finanças Graciliano Ramos, da Sefaz.

dívida consolidada, a parte referente ao Acordo de 1998 com a União tinha caído para R\$6,3 bilhões, enquanto a dívida com instituições financeiras nacionais (BB, CEF e BNDES) representava R\$1,1 bilhão, e a dívida com instituições internacionais (BID, BIRD e CAF) representava R\$2 bilhões, um volume expressivo destinado a novos investimentos. Esta nova condição permitiu ao governo de Alagoas aprovar, este ano, mais dois empréstimos externos, junto ao BIRD e BID, no valor total de U\$55 milhões (aproximadamente R\$270 milhões) para financiar programas de transformação digital e de melhoria da gestão pública.⁵⁵

No que pese a melhoria dos indicadores da dívida estadual e dos investimentos, mas refletindo uma base econômica ainda pobre e pequena, o aspecto dominante nas finanças estaduais continua sendo a dependência das transferências correntes, cuja parte mais importante é originada nas verbas da União. Ainda que as despesas com dívida tenham sido reduzidas e as finanças públicas tenham melhorado, o somatório entre o FPE e as demais rubricas das transferências constitucionais resulta sempre em valores mais altos do que a receita tributária estadual. Por outro lado, as despesas com pessoal, o principal item de gastos orçamentários do Estado, continuam superando a receita tributária alcançada.

Os novos recursos. Esse quadro de melhoria decorrente dos acordos federais foi ampliado, no ano passado (2020), por um conjunto de medidas que trouxeram para os cofres estaduais uma parte considerável dos recursos hoje disponíveis para investimentos. Em março, após o Senado decretar o estado de calamidade nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu por 180 dias o pagamento da dívida de Alagoas com a União. Essas parcelas que deixaram de ser pagas representam uma economia no valor próximo a R\$300 milhões, devendo esses valores serem aplicados, exclusivamente, em ações de prevenção, contenção, combate e mitigação à pandemia causada pelo novo coronavírus⁵⁶.

No mês de abril, ocorreu a entrada dos recursos de dois novos empréstimos, um junto à Corporación Andina de Fomento/CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e o segundo junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil que, somados, representam um reforço no Tesouro Estadual no valor total de R\$1 bilhão. São empréstimos para a execução do Programa “Conecta Alagoas”, com obras de infraestrutura rodoviária e mobilidade urbana⁵⁷.

Em maio, o Congresso Nacional aprovou um pacote de ajuda emergencial aos Estados e municípios, no valor de R\$60 bilhões. Em decorrência dos repasses de recursos emergenciais do Tesouro Nacional, Alagoas recebeu R\$891 milhões, divididos entre Estado (R\$564 milhões, com R\$152 milhões para gastos obrigatórios em saúde pública e R\$412 milhões em gastos livres), e os 102 municípios receberam R\$327 milhões, com R\$48 milhões para gastos obrigatórios em saúde e R\$279 milhões em gastos livres⁵⁸. Outro fator propulsor foram os recursos captados pelo Tesouro Estadual, em setembro, em decorrência do acordo de outorga da CASAL, com um pagamento excepcional de R\$2 bilhões, feito pela BRK Ambiental Participações S.A, a empresa vencedora do leilão organizado pelo BNDES para a concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió⁵⁹.

⁵⁵ SEFAZ (03/05/2021)

⁵⁶ STF (30/03/2020)

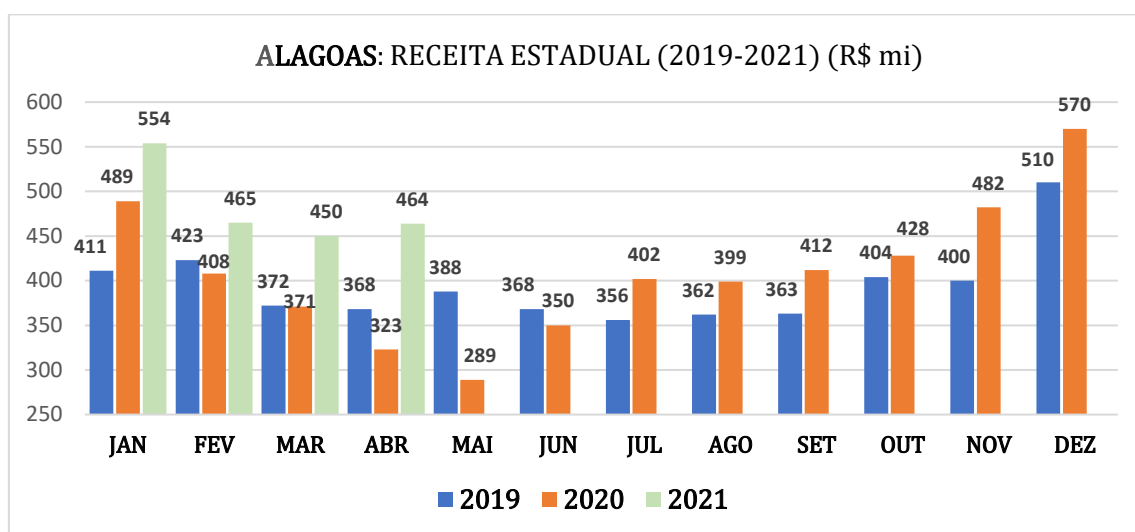
⁵⁷ D.O.U (02/05/2020)

⁵⁸ SENADO (05/06/2020)

⁵⁹ BNDES (30/09/2020)

Esses novos aportes financeiros, decorrentes da suspensão do pagamento das parcelas da dívida estadual, da entrada dos novos empréstimos, da transferência direta do Tesouro Nacional e da captação de recursos pela outorga de concessão pública, contribuíram significativamente para a nova condição das finanças públicas estaduais.

O peso do Auxílio Emergencial. No ano passado, uma situação emergencial beneficiou, indiretamente, as finanças estaduais: a entrada dos recursos destinados aos programas de estímulo à economia aprovados no âmbito do Congresso Nacional, principalmente o Auxílio Emergencial, com os R\$ 5,4 bilhões que seguraram o consumo e garantiram a sobrevivência de milhares de empresas. Pode-se afirmar que o bom desempenho das finanças estaduais em 2020 e nos meses iniciais de 2021 (janeiro-abril) deveu-se a entrada dos novos recursos e a esse conjunto de programas.



Fonte: Confaz (2021)

Diante da entrada de R\$780 milhões mensais do Auxílio, diversos setores do varejo tiveram crescimento elevado, aumentando a arrecadação de ICMS, beneficiando as finanças estaduais. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), mostrou a correlação muito forte entre as vendas do comércio alavancadas pelo auxílio e a arrecadação estadual ⁶⁰.

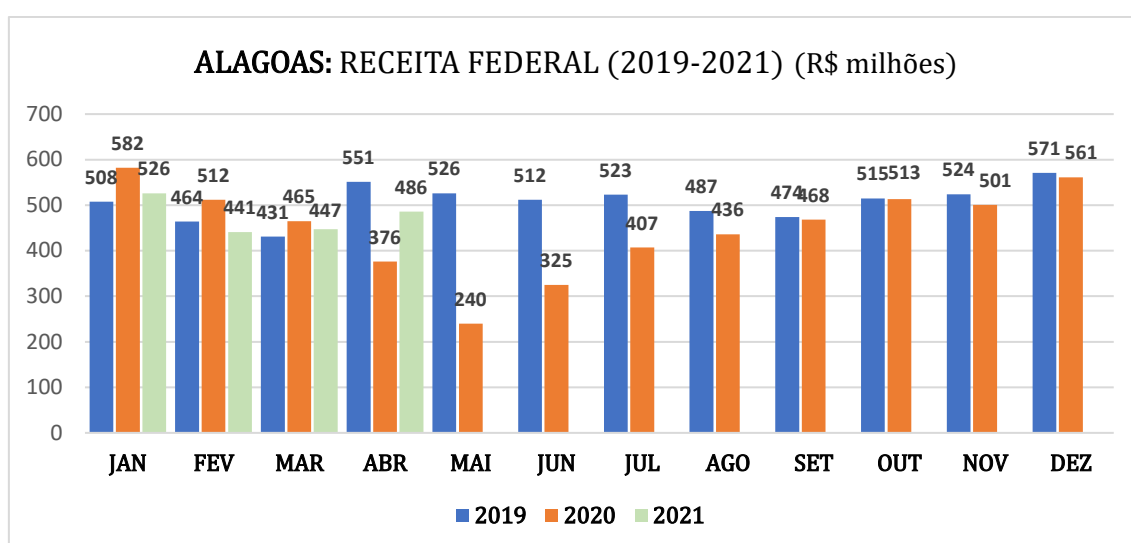
O ICMS é um tributo estadual caracterizado pela incidência na circulação e comercialização de produtos de consumo geral (alimentos, remédios, vestuário, cosméticos, material de limpeza, etc) assim como nos serviços de comunicação, combustíveis, energia e transportes interestaduais. Em Alagoas, a arrecadação desse imposto é o componente central na formação da receita própria do Tesouro Estadual, representando cerca de 90% da receita tributária. O aumento da renda social, a exemplo do Auxílio Emergencial, impacta diretamente no consumo dos bens populares que, por sua vez, ampliam as possibilidades de aumento do ICMS. Foi o que ocorreu no segundo semestre de 2020, quando o ICMS cresceu em 10% em relação a 2019, sob o efeito do aumento do consumo.

Nos quatro primeiros meses de 2021, em plena segunda onda da Covid, o aumento extraordinário de 22,49% do ICMS arrecadado (R\$316 milhões), em relação ao mesmo período de 2020, foi responsável por 93% do aumento 21,35% da receita estadual neste quadrimestre (R\$340 milhões). Esse aumento em relação ao mesmo

⁶⁰ O Estado de São Paulo (17/10/2020)

período do ano passado pode ser explicado pelo consumo patrocinado pela poupança do auxílio emergencial, mais os aumentos de preços dos combustíveis e da energia elétrica. A poupança “prudencial” originada do auxílio emergencial, que chegava para 1,2 milhão de alagoanos, beneficiando mais de 40% da população do estado, ajudou a sustentar o crescimento da arrecadação no segundo semestre de 2020 e nos primeiros meses de 2021⁶¹.

Nesta situação, é importante comparar a receita estadual com a arrecadação federal. Os tributos e contribuições federais estão diretamente relacionados à renda dos contribuintes e ao desempenho das empresas, refletindo a riqueza e a dinâmica econômica do país e de seus estados. Por suas características, recebem bem menos o impacto das medidas de incentivo à economia, como, por exemplo, o do Auxílio Emergencial sobre o ICMS. No ano passado, a arrecadação federal em Alagoas durante os meses da pandemia (abril/dezembro) permaneceu menor, comparado ao mesmo período do ano de 2019.



Fonte: Receita Federal (2021)

No ano passado, a arrecadação federal sentiu um forte impacto nos meses de abril/maio e foi se recuperando no período de reabertura, a partir de junho até dezembro, sem, no entanto, alcançar os valores do ano anterior. Nos três primeiros meses de 2021 perdeu o ímpeto do segundo semestre de 2020, com uma arrecadação menor do que a do ano passado. Sua primeira boa notícia chegou no mês de abril, quando apresentou um resultado mensal positivo, mas ainda menor que em 2019.

Novo cenário. Nesta década recente, o novo tratamento da dívida mudou bastante a situação das finanças estaduais, diminuindo a importância dos pagamentos mensais no orçamento estadual e permitindo um certo alívio nas contas governamentais. Essa melhoria nas finanças estaduais, além da entrada de recursos extraordinários em 2020 e os benefícios indiretos do Auxílio Emergencial, ampliou a capacidade de realizar empréstimos, permitindo o desenvolvimento de uma agenda de investimentos nas áreas de infraestrutura econômica e social.

Essa agenda de investimentos, marcada por iniciativas em vários setores, ainda não configura uma carteira de empreendimentos conectados entre si e

⁶¹ Valor Econômico (17/05/2021)

vinculados a um plano consolidado de desenvolvimento, mas se apresenta como um conjunto de ações desenhadas, recentemente, para atender à urgência de algumas demandas, que, por serem em grande número, aliviam os efeitos da crise de 2020. Essas iniciativas geram expectativas e impulsionam a geração de emprego e renda, influenciando a conjuntura econômica local, sinalizando, apesar do período de pandemia, a retomada do papel do Estado de Alagoas como ator necessário na criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.

PERSPECTIVAS 2021. Na economia alagoana, os próximos três meses (de junho à agosto) serão influenciados: a) pela permanência da pandemia, com seus números altos de infectados e mortos, e pela velocidade do processo de vacinação; b) pelo desempenho das economias nacional e nordestina, dada a integração da economia estadual aos vizinhos regionais e ao resto do país; c) pelos efeitos da suspensão dos mecanismos de estímulo à economia, de janeiro a abril, com custos decorrentes do atraso no retorno desses instrumentos de apoio econômico, que voltaram com grau de cobertura e valores menores; e d) pelo ritmo mais lento que, tradicionalmente, marca a economia estadual nos meses da estação chuvosa, de março a julho.

Esse ritmo mais lento é determinado pela baixa estação do turismo; pela dinâmica menos acentuada da construção civil; pela entressafra da agricultura de alimentos, até junho; pelas atividades de plantio na área canavieira, antes da retomada da safra em setembro; e pelas vendas menores do comércio e do setor de serviços, depois de passado o período natalino, o começo de ano e carnaval.

No campo sanitário, a campanha de vacinação continua lenta em todo o país. Em Alagoas, para uma população de 3,3 milhões de habitantes, foram vacinadas desde o começo da campanha em 19 de janeiro até 31 de maio, 690 mil pessoas (1ª dose) e 280 mil pessoas (2ª dose), segundo o “Boletim Imunização da SESAU”⁶². Esses números representam 21% da população vacinada com a 1ª dose e 9% com a 2ª dose. Apesar do empenho do Governo do Estado e da maioria das prefeituras, assim como o fato positivo de que está sendo vacinada de forma prioritária a população dos “grupos de risco”, a meta de alcançar 70% dos alagoanos imunizados deverá ser realizada apenas no segundo semestre.

Esse período também será influenciado pelo atraso de quatro meses na retomada dos programas de estímulo à economia, como o Auxílio Emergencial (AE), Programa de Manutenção do Emprego e Renda (PMER) e as linhas emergenciais de crédito, a exemplo do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequena Empresa (Pronampe). A suspensão desses três programas em dezembro passado impactou negativamente a economia estadual. O atraso na implementação desses programas (o Auxílio Emergencial e PMER voltaram no final de abril; o Pronampe no mês de junho) fica agravado pelo fato de que os cortes em seus orçamentos diminuem as possibilidades de alcançar o grau de cobertura e os valores acessados no ano passado, tanto pelos beneficiários de renda como de apoio e crédito para as MPE's, tornando mais difícil a retomada da economia.

O orçamento do Auxílio Emergencial foi reduzido de R\$322 bilhões para R\$ 44 bilhões; o do Programa de Emprego foi reduzido de R\$33,7 bilhões para 12 bilhões de reais; e o Pronampe, na sua versão permanente, de R\$38 bilhões para R\$5 bilhões, com uma mudança interna importante: as taxas de juros cobradas passaram

⁶² SESAU (2021).

de 1,25% ao ano, mais a taxa Selic, para taxas de juros de até 6% ao ano, mais a atual taxa Selic, de 3,5%. Diante dessa conjuntura adversa, espera-se um ritmo menor nas atividades econômicas⁶³.

Os dados apresentados no Boletim Regional do Banco Central, em sua edição mais recente (maio/2021), “mostram um cenário ainda incerto sobre a retomada da atividade nordestina”⁶⁴ para os próximos meses. No entanto, para todos os estados nordestinos, o terceiro quadrimestre (setembro-dezembro) poderá apresentar um cenário diferente em termos econômicos, com indicadores melhores que os períodos anteriores, a depender da dinâmica da pandemia, dos resultados alcançados pelo processo de vacinação, da continuidade dos programas de estímulo às atividades econômicas e do desempenho alcançado pela economia brasileira no segundo semestre.

No caso de Alagoas, esse cenário poderá ser influenciado, positivamente, pela retomada das atividades dos diversos setores: o comércio e os serviços se mobilizam apostando nas vendas de final de ano; a estação seca e o verão abrem possibilidades para o turismo; a construção civil se movimenta para as obras de final de ano; e a cana-de-açúcar que deve iniciar em setembro sua safra 2021/2022, movimentando uma parte das localidades da zona da mata. Nestas novas condições, o PIB de Alagoas, que retrocedeu -1,56%, em 2020, deverá alcançar, em 2021, uma taxa positiva, como a apontada no levantamento da consultoria MB Associados, que prevê um crescimento para a economia alagoana de 2,67%, ante 3,17% da economia nacional⁶⁵.

⁶³ Valor Econômico (11/05/2021).

⁶⁴ BCB. Boletim Regional (maio/2021).

⁶⁵ G1. Globo (21/05/2021).